

DESENVOLVIMENTO COMO EVOLUÇÃO*

Flávio Diniz Ribeiro

Doutorando em História Social – FFLCH/USP

Resumo

Desenvolvimento e evolução são noções produzidas na ciência – especialmente em biologia, história, economia e sociologia –, na filosofia e na prática política. Estas idéias, formuladas e reformuladas em cada um destes campos, se propagam para cada um dos outros e, por meio desta circulação, alcançam uma espécie de legitimação cruzada. Considerando a enorme relevância destas duas noções, é necessário discutir seus significados e analisar criticamente seus vínculos teóricos e sua inserção ideológica.

Abstract

Development and evolution are notions produced in science – especially in biology, history, economics and sociology –, in philosophy and in political practice. These ideas, formulated and re-formulated in each one of these fields, propagate to the other ones and, by means of this circulation, they reach a kind of crossed legitimation. Considering the enormous relevance of these two notions, it is necessary to discuss their signification and to critically analyse their theoretical vincula and their ideological insertion.

Palavras-Chave

Desenvolvimento • Evolução • Evolucionismo • História das Idéias • História dos Conceitos

Keywords

Development • Evolution • Evolutionism • History of Ideas • History of Concepts

* Este texto se baseia em um dos capítulos de minha Dissertação de Mestrado *Para uma crítica da idéia de desenvolvimento*, apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História Social da FFLCH/USP, defendida e aprovada em 08 de agosto de 2002. A tradução das citações foi feita por mim.

I

A idéia de desenvolvimento como valor tem-se mantido persistentemente nas sociedades a partir da segunda metade do século XX e tem contribuído decisivamente para a sua integração interna, permeando o imaginário das suas diferentes classes, impregnando o senso comum, fornecendo instrumental de formulação para o pensamento mais conservador e curiosamente também para o pensamento considerado mais “progressista” ou “de esquerda”. Wallerstein tem razão quando diz: “Não há talvez objetivo social que possa encontrar hoje aceitação quase unânime como o de desenvolvimento econômico (...). Em qualquer lugar do mundo hoje o que divide esquerda e direita, como quer que sejam definidas, não é se desenvolver ou não, mas quais políticas se supõe que ofereçam mais esperança de que este objetivo venha a ser alcançado.” (Wallerstein 1994: 3) Por que tamanha unanimidade não desperta pelo menos curiosidade em torno do que torna possível mobilizá-la? Por que uma aceitação tão generalizada é assim admitida sem qualquer indagação? Por que não se perguntar de *qual* desenvolvimento se trata? Desenvolvimento *para quê?* Para *quem?*

158

A reconstrução da história desta idéia, de seu descolamento do conjunto das formulações mais gerais ao qual ela pertence e da sua persistência como valor pode-se constituir numa chave para o entendimento de uma das facetas de um importante processo de dominação hoje em curso nas sociedades mundo afora, especialmente naquelas reconhecidas como sociedades “em desenvolvimento” ou “emergentes”. É bem neste sentido que compreendo e acolho Serge Latouche quando defende a tese que “a história do desenvolvimento é antes e acima de tudo *a história de um conceito*, isto é, a do aparecimento de uma palavra, da colocação de uma crença e do que Castoriadis chama ‘uma significação imaginária social’. Trata-se em outros termos da história de uma ideologia, de uma mitologia e de uma mistificação (...). O estudo da história do conceito de desenvolvimento participa efetivamente da tentativa de decifrar o mundo contemporâneo” (Latouche 1988: 58-59).

Atualmente, desenvolvimento é pensado sobretudo como parte do par desenvolvimento/subdesenvolvimento. Mas é muito mais do que aparece dele nesse par. É uma idéia que vai mais fundo, alcançando a própria estruturação da sociedade moderna (capi-

talista) e é fundamentalmente a esta estruturação que o conceito (ou a idéia, já que talvez não se possa caracterizá-la a rigor como conceito) na verdade remete.

A sociedade capitalista marca uma transformação profunda em relação a todas as outras formas de organização social conhecidas. De tal modo que é essa transformação (em sentido forte, isto é, mudança de forma) mesma que cria as condições para que a *forma* da sociedade possa, pela primeira vez na história, ser detectada e submetida à análise e à crítica. Somente a partir daí é possível identificar *formas* de organização das sociedades. Referindo-se às sociedades pré-modernas, diz, por exemplo, Kurz: “Uma dinastia podia suceder a outra, mas a forma social como tal não podia ser posta em dúvida; para tanto faltavam critérios (...).A sociedade, sob tais pressupostos, aparecia sempre como ‘sociedade em geral’, não como forma específica que também poderia ser totalmente diversa” (Kurz 2000: 16).

É bem quando já se tinha instalado a nova forma de organização da sociedade identificada como “moderna” que a noção de *evolução* passa a ser aplicada às sociedades. Segundo esta concepção, em lugar de diferenças de qualidade entre uma forma social e outra, a história social é formulada como uma sucessão, definida como processo intrínseco de mudança que seria inerente a toda e qualquer sociedade, processo caracterizado como desenvolvimento.

É próprio do capitalismo transformar-se incessantemente. A formação social capitalista não se mantém se não se transformar permanentemente, se não buscar continuamente a sua própria expansão. É esta sociedade que se pensa e se proclama como momento superior de um processo evolutivo que seria um só (único), fruto de um deslocamento ao longo da “história” num tempo linear e que se propõe como meta o próprio desenvolvimento. Este desenvolvimento é, deste modo, desenvolvimento capitalista, ou melhor, desenvolvimento do capitalismo.

A crítica social que esta sociedade particular, capitalista, abriga não alcança o significado mais profundo de tal “desenvolvimento”, o que acabaria por conduzir à crítica contundente da própria *forma* desse desenvolvimento, ou seja, da formação social *capitalista* como tal. Faz-se, ao contrário, como crítica ao atraso, à insuficiência, à precariedade do desenvolvimento, aos obstáculos e dificuldades à

sua aceleração e realização, em suma, ao “subdesenvolvimento”, o que fortalece mais ainda a implantação/expansão do capitalismo.

Apresentado sob formato científico e acadêmico, o par tradicional/moderno ou subdesenvolvido/desenvolvido logo passa a permear intensamente o debate político e a ser amplamente amplificado pela mídia, de tal modo que o desenvolvimento – enquanto processo de transição para o moderno ou desenvolvido e enquanto estado ou estágio correspondente à “maturidade” produzida por esse processo – se torna idéia corrente na academia, na política, no jornalismo e se converte em senso comum. Como conseqüência de ser tão insistentemente naturalizado e tão veementemente assegurado como solução, passa a ser absorvido quase generalizadamente sem crítica e a compor o imaginário social como uma realidade tangível, que é reiteradamente proclamada como sendo possível e necessário alcançar.

A idéia de desenvolvimento/modernização forma um dos pilares da ideologia que se tornou dominante no capitalismo contemporâneo. Mas a idéia de desenvolvimento social parece constituir-se quando da implantação do capitalismo. Nas palavras de Wallerstein: “Pensamos em desenvolvimento econômico como um conceito pós-1945 (...). Mas, é claro, a idéia básica tem raízes muito mais antigas. Parece de fato que sua história é concomitante com a história da própria economia capitalista mundial” (Wallerstein 1994: 4).

Castoriadis vai mais longe ao afirmar que “temos que considerar estes dois processos: (...) a emergência da burguesia, sua expressão e sua vitória caminham junto com a emergência, a propagação e a vitória final de uma nova ‘idéia’, a idéia de que o crescimento ilimitado da produção e das forças produtivas é *de fato* a finalidade central da vida humana.” (Castoriadis 1977: 214). Pode-se dizer que esta é a perspectiva mesma da acumulação do capital, do ponto de vista dos objetivos do capitalista. É para esse crescimento, julgando-o potencialmente ilimitado, que se volta o detentor do capital, buscando conseguir o máximo de aceleração para o processo de sua implementação, para o que precisa identificar e remover barreiras, obstáculos, entraves ou estrangulamentos que venham a se manifestar. No fundo, é a esta perspectiva que a idéia de desenvolvimento remete. E esse me parece ser o essencial da questão que é preciso equacionar, discutir e esclarecer.

A menção a desenvolvimento carrega consigo todo um conjunto de noções que formam o quadro complexo dentro do qual seu significado se constitui. “O desenvolvimento ocupa o centro de uma constelação semântica incrivelmente poderosa. Não há nenhum outro conceito no pensamento moderno que tenha influência comparável sobre a maneira de pensar e o comportamento humanos.” (Esteva 2000: 61). “O desenvolvimento não consegue se desassociar das palavras com as quais foi criado: crescimento, evolução, maturação. Da mesma forma, os que hoje usam a palavra não conseguem libertar-se de uma teia de significados que causam uma cegueira específica em sua linguagem, pensamento e ação (...) A palavra sempre tem um sentido de mudança favorável, de um passo do simples para o complexo, do inferior para o superior, do pior para o melhor. Indica que estamos progredindo porque estamos avançando segundo uma lei universal e inevitável e na direção de uma meta desejável.” (Esteva 2000: 64). O “desenvolvimento” oferece a imagem de um futuro melhor, mais completo, superior como sendo uma possibilidade real.

II

161

O desenvolvimento (ou evolução, no sentido antigo deste termo até o início do século XIX) designa o processo da formação de um ser organizado a partir de um germe (Ibrahim 1990: 625). Nos séculos XVII e XVIII, a noção de desenvolvimento tem notável divulgação nas polêmicas que envolvem os modelos teóricos a respeito da reprodução e formação dos seres vivos. Há uma bibliografia rica e diversificada sobre os conceitos de desenvolvimento e de evolução, discutindo seus significados e analisando criticamente seus vínculos teóricos e sua inserção ideológica.

Essas duas noções se produzem em domínios das ciências, da filosofia e da prática política. Nos campos reconhecidos como científicos, entre os mais importantes quanto a esta produção estão a biologia, a história, a economia e a sociologia. Elaborados e reelaborados, formulados e reformulados em cada um desses campos, os conceitos de desenvolvimento e de evolução se propagam de um a outro e com esta circulação alcançam uma espécie de legitimação cruzada que permite sua vulgari-

zação e sua difusão eficaz para o senso comum e a prática política com a força de idéias que se apresentam como sendo “cientificamente fundadas”.

É preciso recuar ao século XIX, mais particularmente ao momento da constituição de dois campos científicos – a biologia e a ciência social – para encontrar as primeiras formulações consistentes da aplicação específica da idéia de desenvolvimento a sociedades. Desenvolvimento é uma noção muito antiga, mas com o significado de des-dobrar, des-velar, des-envolver algo concreto, particular, individual. Esta idéia antiga de desdobrar ou de desenvolver, dando toda a sua extensão ao que estava dobrado sobre si mesmo ou que estava envolvido ou envolto (num invólucro), permitindo assim a sua expansão ou o seu crescimento, inicialmente se expressava por meio das palavras “desenvolvimento” e “evolução”, quase sem distinção.

As incursões no campo da biologia realizadas nos séculos XVII a XIX, empenhadas em entender a formação da “vida”, recorrem à noção de desenvolvimento, primeiramente em termos pré-formacionistas, em seguida conforme as formulações epigenéticas. São estudos sobre o “desenvolvimento” do embrião de seres vivos, cuja formação é pensada como se dando a partir de um “germe” – o qual, ou já contém em estado potencial tudo o que o futuro ser poderá “desenvolver”, ou “se desenvolve” por diferenciação sucessiva de partes novas.

Nos séculos XVII e XVIII, a história da biologia assinala uma grande controvérsia sobre a natureza do desenvolvimento. “A questão a ser respondida era como pode um ovo ‘amorfo’ de uma rã se desenvolver numa rã adulta e um ovo de peixe num peixe? Os defensores da *pré-formação* pensavam que havia algo pré-formado no ovo que era responsável por transformar o ovo de uma rã (*grassfrog*) numa rã (*grassfrog*) e o de uma truta numa truta (...). Seus adversários que defendiam a tese da *epigênese*, que é a diferenciação gradual de um ovo inteiramente amorfo nos órgãos do adulto.” (Mayr 1982: 106). O “problema do desenvolvimento” para os estudiosos da “geração” nos séculos XVII e XVIII tinha, portanto, a seguinte forma: “Havia pré-formação (ou mesmo a preexistência) do germe ou ‘epigênese’ de um ovo informe?” (Mayr 1982: 645).

Estas são discussões em que as palavras “desenvolvimento” e “evolução” ainda remetiam ao mesmo significado¹.

A idéia de desenvolvimento continua sendo fundamental para o entendimento da formação da vida, mas seu significado passará por algumas alterações importantes. Nos momentos iniciais da constituição da biologia como ciência moderna, aquela idéia é deslocada do processo de formação de um ser vivo para também pensar correlativamente as “séries animais”, a partir dos estudos de anatomia comparada. De um mero des-dobrar ou des-velar ou des-envolver, a idéia de desenvolvimento passa a abrigar, no que se refere às séries, noções de ordenação e de hierarquia: formando séries animais, propõe-se sua ordenação dos menos perfeitos aos mais perfeitos. Logo se pretende também definir em que consiste a “perfeição” – nos organismos e nas séries – para o que se recorre a noções como a de complexidade, de divisão do trabalho, etc.

Ao estabelecer uma conexão entre o processo pelo qual passa um ser vivo, desde o seu estado embrionário ao seu estado adulto, e as séries animais e pensar estes dois processos em termos de “desenvolvimento”, também aí a idéia de desenvolvimento continua identificada com a de evolução.

¹ “Desenvolvimento e Evolução pertencem à espécie de termos que, em relação com uma imagem evocada por sua etimologia, contêm, sob o aspecto de uma simples descrição dos fatos, uma tese relativa à essência de sua produção. A tese implícita concerne, aqui, a essência da geração. A reprodução, é o modo de multiplicação própria aos organismos. A fecundação, é a condição necessária à reprodução no caso dos organismos sexuados. A geração, é o crescimento (*accroissement*) de um germe até o estado de um novo indivíduo separado do indivíduo adulto, portador do germe gerador. Tomar a geração por um simples desenvolvimento (*evolutio*) é identificar geração e crescimento (*agrandissement*), ou desdobramento, segundo as três dimensões do espaço. É reduzir a formação aparente à exibição progressiva de uma pré-formação. Os momentos ou as fases de uma evolução constituem sem dúvida uma sucessão, uma série cronológica ordenada, mas o tempo existe aqui somente pelo e para o observador. Do lado do ser observado, a conquista de sua figura, de seu volume e de sua forma são o efeito e não a causa de sua existência reconhecida, esta existência sendo percebida afinal somente porque ela é antes de tudo inteiramente já dada imperceptivelmente. A evolução ou o desenvolvimento estabelecem uma mediação sucessiva, mas logicamente reversível, entre dois estados da forma orgânica distintos mas não diferentes, de tal sorte que se pode definir o ser formado como a distensão do ser pré-formado, ou melhor o ser pré-formado como a redução do ser formado. Esta redução ou aquela distensão podem, ademais, ser diferentemente entendidas, dentro das próprias teorias da evolução distinguidas por nuances (...). Mas para uns [os primeiros teóricos da evolução] como para os outros [mais tarde alguns autores], a totalidade da forma terminal se encontrava determinada pela totalidade da forma inicial” (Canguilhem et al. 1985: 3-4).

A noção de desenvolvimento que vigora no pensamento econômico, político e social hoje em dia encontra certamente algumas de suas raízes mais profundas na biologia dos séculos XVIII e XIX. Talvez a noção de subdesenvolvimento, que se estabeleceu no pós-segunda guerra mundial, também encontre naquela área e naquele período idéias que lhe ditam a sua concepção. Neste sentido, há um autor que merece a nossa atenção: Jean-Frédéric Meckel (1781-1833).

Preocupado com o estabelecimento de “leis de formação”, Meckel se dedicou a pensar o que seria uma correspondência entre a série animal e o desenvolvimento do embrião. Em suas palavras, “as semelhanças que existem entre o estado embrionário dos animais superiores e o estado permanente dos animais inferiores” (Meckel *apud* Canguilhem et al. 1985: 11, n. 1). A embriologia de Meckel conjuga, não sem algumas dificuldades importantes, um certo pré-formacionismo com a teoria da unidade do plano de composição. Por um lado, a idéia de que o organismo vivo é pré-formado, já está totalmente constituído em germe. Por outro lado, a suposição de que a totalidade das espécies vivas decorre de um plano unitário de composição. Daí ser possível estabelecer uma ordenação destas espécies no interior destes planos.

Dentro deste esquema, Meckel tenta estabelecer uma relação entre embriologia e anatomia comparada. Considera que é possível ordenar a totalidade dos animais, passando dos menos perfeitos aos mais perfeitos e estabelecendo uma relação deste ordenamento com o desenvolvimento embriogênico das diversas espécies. Entende que o grau de perfeição de um organismo depende da complexidade da divisão do trabalho entre as partes que o compõem. Meckel afirma que “o desenvolvimento do organismo individual obedece às mesmas leis que o desenvolvimento de toda a série animal; isto é, o animal superior, na sua evolução gradual, passa essencialmente através dos mesmos estágios orgânicos *permanentes* subjacentes a ele.” (Meckel *apud* Mayr 1982: 471). Como se constitui uma hierarquia animal e o homem é colocado no topo desta hierarquia, “o desenvolvimento do embrião humano, até a sua maturidade perfeita, reencontra sucessivamente a totalidade das espécies animais acabadas, das mais baixas às mais elevadas.” (Canguilhem et al. 1985: 11).

Neste sentido, há leis de desenvolvimento que regem o desenvolvimento de todo organismo individual, bem como de toda a série animal. Esse desenvolvimento se faz através de uma série permanente de estágios que se desdobram um após o outro. Trata-se de uma “tendência, inerente à matéria orgânica, que a conduz insensivelmente a ascender a estágios mais altos de organização, passando por uma série de estados intermediários.” (Mayr 1982: 471). Essa tendência é, pois, inerente à matéria orgânica.

Mayr chama a atenção para a necessidade de distinguir o sentido que “evolução” tem para Meckel e para os evolucionistas, embora todos se utilizem da mesma palavra. Mayr adverte que “poderia levar a uma interpretação completamente equivocada destas idéias se não se compreendesse plenamente que não havia implicação de evolução nesta idéia de um paralelismo entre os estágios de ontogenia e os estágios de perfeição na escada (estática!) do ser. A palavra ‘evolução’ ainda tinha o velho significado do desdobramento de um potencial existente do tipo.” (Mayr 1982: 471).

Meckel compara, ordena, diferencia segundo graus de complexidade, de perfeição, estabelece relações de inferioridade/superioridade. Como, porém, tudo isso já está a seu ver pré-determinado em germe, precisa dedicar sua atenção a algo que não cabe muito bem nos seus pressupostos pré-formacionistas: os “monstros”. Não chega a resolver satisfatoriamente essa questão nos limites da sua “teorização”, mas adianta algumas formulações que serão mais tarde reelaboradas (por exemplo, por von Baer, na biologia). Meckel pensa a anormalidade nos marcos da normalidade. Para ele, um monstro é um ser normal retardado. Utiliza aí o conceito de suspensão ou retenção de desenvolvimento (*arrêt de développement*) e de formação retida, suspensa ou travada (*formation arrêtee – Hemmungsbildung*). Deste modo, para Meckel, “um ser anormal é, na humanidade e, mais geralmente, numa espécie qualquer, um ser que não levou seu desenvolvimento a seu termo. Sua evolução embrionária parou no caminho em consequência de obstáculos que a ‘força formadora’ encontrou.” (Canguilhem et al. 1985: 12)².

² Meckel não pretende ter sido o primeiro a “descobrir” esta “teoria”, mas pretende ter sido o primeiro a estabelecê-la.

Um autor em que a noção de desenvolvimento assume uma importância imensa é Auguste Comte. É a partir deste conceito e com ele que Comte produz suas teorias, convencionalmente consideradas como constituindo o começo mesmo da ciência social. De acordo com Canguilhem e seus associados³, é por meio deste conceito de desenvolvimento que as formulações iniciais da nova ciência (sociologia) buscam fundamentos numa outra área de investigação científica (biologia), sem utilizar, porém, os recursos teóricos já disponíveis à época nesta área, ancorando-se, ao contrário, em contribuições mais antigas, em relação às quais a embriologia científica já havia proposto retificações significativas. Nesta linha de compreensão, a concepção de desenvolvimento adotada por Comte provém da noção de pré-formação, tomada assim por empréstimo a formulações bastante questionadas na ainda incipiente biologia, mas cujo fôlego, fora do campo estrito desta ciência, viria a mostrar-se muito maior do que a crítica feita pela biologia científica poderia suspeitar.

Para Juliette Grange, Comte recorre à biologia principalmente enquanto modelo de classificação, considerando que a biologia tem como tarefa essencial operar “a coordenação hierárquica de todos os organismos conhecidos, ou mesmo possíveis, em uma única série geral” (Grange 1996: 107). Segundo Comte, “a teoria geral das classificações, estabelecida nestes últimos tempos pelos trabalhos filosóficos dos botânicos e dos zoólogos, permite esperar um sucesso real num trabalho *semelhante*, nos oferecendo um guia seguro através do verdadeiro princípio fundamental da arte de classificar, que jamais tinha sido concebido distintamente até agora.” (Comte 1998: 44, *itálico meu*).

A concepção comteana expressa na sua “física social” se funda, assim, numa determinada concepção de natureza humana, a qual abriga um “desenvolvimento” espontâneo, natural e necessário – predeterminado. A história humana reproduz esse mesmo “desenvolvimento”, portanto igualmente espontâneo, natural e necessário – pre-determinado.

³ Canguilhem, G., G. Lapassade, J. Piquemal e J. Ulmann, nos seminários sobre “desenvolvimento e evolução no século XIX”, realizados em 1958-1960 (Canguilhem et al. 1985).

De acordo com a interpretação que Canguilhem faz de Comte, para este “a história humana – do ponto de vista físico, intelectual e moral – é chamada a realizar as disposições naturais do homem, mas não a constituir-las. Comte fixa as leis do progresso – das quais a lei dos três estados é ao mesmo tempo o princípio e o modelo – levando em conta um *a priori* que a biologia impõe à história. (...). Pode-se ler a história humana na natureza humana, ela aí se encontra predeterminada” (Canguilhem *et al.* 1985: 22)⁴. Neste sentido, a história humana não é constituinte das disposições humanas, ela apenas concretiza ou realiza as disposições *naturais* do homem, que são constituídas pela natureza humana. Por isso mesmo que a ciência da “organização” e da história humanas – encaradas como “desdobramento” (desenvolvimento) da natureza humana, Comte vem a chamar de sociologia, definindo-a no entanto como “física social”.

Comte não esconde que encontra as origens deste pensamento na biologia. Recorre a esta ciência tal como ela se apresentava nos inícios do século XIX, especialmente às pesquisas de anatomia comparada anteriores aos trabalhos de von Baer. De acordo com aquelas pesquisas, “as formas embrionárias transitórias dos vertebrados superiores” podem ser consideradas “como a repetição das formas adultas permanentes dos animais inferiores na série animal” (Canguilhem *et al.* 1985: 23). Amparado numa tal concepção, Comte admite que “o estado primitivo do organismo, mesmo o mais elevado, deve necessariamente representar, sob o ponto de vista anatômico e fisiológico, os caracteres essenciais do estado completo próprio ao organismo mais inferior e assim sucessivamente; ...” (Comte 1998: 704-705). Vai tão longe nesta fundamentação próxima ao pré-formacionismo que encontra na própria natureza o “germe” do “desenvolvimento” da humanidade. Como diz Canguilhem, “A. Comte julga ser mesmo capaz de pressentir no estado da natureza humana entendida como um germe – ou dois germes⁵ – o desenvolvimento notável da humanida-

⁴ Cf. Comte 1908, t. IV, p. 346.

⁵ Cf. Comte 1908, t. IV, p. 365 e t. VI, p. 430.

de.” (Canguilhem et al. 1985: 22-23). Ou seja, o que o homem faz como história humana é *desenvolver* o que já está contido “em germe” na natureza, modificando-a, mas apenas dentro das potencialidades já inscritas na sua ordem.

Com base neste raciocínio, Comte afirma que “a harmonia universal e necessária entre as principais fases da evolução individual e os graus sucessivos melhor caracterizados da grande hierarquia orgânica” constitui “uma das leis mais constantes que a filosofia biológica apresenta” (Comte 1998: 819). Canguilhem comenta: “Sob esta relação, Comte é efetivamente, em 1837, isto é *depois* dos trabalhos de von Baer, o contemporâneo intelectual de Serres” (Canguilhem et al. 1985: 23), apesar de algumas diferenças de concepção em relação a este.

Com a pretensão de estudar a produção dos homens no mundo, Comte forma o arcabouço do seu pensamento com o auxílio de concepções de tipo pré-formationista sobre “a vida”. De uma certa maneira, porém, é possível sustentar que Comte radicaliza tal fundamentação e propõe, por analogia, uma identidade entre sociedade e natureza, cobrindo inicialmente para isso todos os passos que encontra no pré-formationismo biológico: 1º a concepção de que o ser vivo adulto já se contém em germe no início da sua vida e que sua vida é tão somente o *desenvolvimento* do seu germe; 2º) a concepção de que este *mesmo* processo (desenvolvimento) através do qual um ser vivo se forma e atinge a sua maturidade no estado adulto corresponde à formação das “séries” animais. Neste sentido, a generalidade (séries animais) é formada de modo idêntico ao da formação da particularidade (ser individual); 3º) a concepção da “organização” das espécies animais por meio da sua colocação “em série”, conferindo a esta “série” a forma de uma hierarquia, a “grande hierarquia orgânica”.

A questão da construção das séries em Comte merece atenção cuidadosa. Como entende Juliette Grange, “não se pode definir os seres vivos: pode-se somente constatar, em parte graças a convenções, as modalidades da sua presença. A vida, com efeito, não é definível nem cognoscível por meio da análise. Os fenômenos vivos, do vegetal ao homem, no entanto, escreve Comte, são conhecidos por meio de um único procedimento, próprio à biologia: *a colocação em série.*” (Grange 1996 : 198). O próprio Comte afirma que se trata do “*principal artifício biológico* gradualmente

elaborado desde Aristóteles até Blainville *para instituir uma imensa escala, ao mesmo tempo objetiva e subjetiva, destinada a ligar o homem ao vegetal.*” (Comte 1965: 118, itálicos meus). Deste modo, a compreensão comteana é de que a ciência se faz por meio de artifícios e de convenções, abrigando inclusive uma parte de especulação e de liberdade na sua construção. “O mundo fornece a matéria e o homem a forma de cada noção positiva.” (Comte 1912: 33). Assim, “o caráter artificial e instrumental de sua definição [dos seres vivos] é pois realmente aquele de todo fenômeno. A escala dos vivos *não é* uma escala dos seres.” (Comte 1965: 118).

Comte assume deste modo claramente o caráter artificial e instrumental das suas definições de séries, de escalas e de hierarquias. Encontra na biologia em que se ampara o campo privilegiado em que esse tratamento é dado aos fenômenos, ao qual recorre tal como aparece naquele campo. Assume a fundação subjetiva desse procedimento, em que a construção não pretende uma correspondência com as “relações objetivas”, sentindo-se o seu autor “plenamente autorizado” a retirar ou a incluir elementos que possam perturbar ou facilitar a “lógica” adotada pela construção em questão. O que resulta é um tipo ou um modelo, assumido como tal, na sua relação com o real e com a “lógica” utilizada para a produção do conhecimento.

Comte transpõe a interpretação do mundo natural, para a qual encontra respaldo na biologia, para o mundo da sociedade, tornando assim na sua teorização, a sociedade análoga à natureza, de tal modo que se torna possível formular “leis” da sociedade em conformidade com as “leis” da natureza. A partir daí se pode entender com facilidade a designação comteana de “física social”⁶.

Recorrendo a esta biologia incipiente, já então profundamente questionada e presumivelmente ultrapassada, Comte importa os conceitos e as abordagens desta biologia para pensar o homem, a sociedade, a humanidade, extraindo daquelas con-

⁶ “A filosofia comteana da história, no momento mesmo em que a embriologia parece definitivamente convertida à idéia de epigênese, utiliza um conceito de desenvolvimento ou de evolução no qual as concessões à idéia de pré-formação se encontram ainda muito importantes.” (Canguilhem et al. 1985: 24).

cepções de filosofia biológica o que pode ser enunciado como sendo o princípio diretor da sua filosofia da história. Em suas próprias palavras: “(...) a preexistência necessária, sob forma mais ou menos latente, de toda disposição verdadeiramente fundamental, num estado qualquer da humanidade ...” (Comte 1908, V: 54).

Não há dúvida de que Comte fundamenta suas concepções em pesquisas biológicas de tipo pré-formacionista, das quais importa conceitos e perspectivas analíticas. Por outro lado, porém, ao se aproximar da biologia, trabalha também com idéias e perspectivas da sua filosofia, da sua epistemologia, da sua sociologia e da sua política. A questão da importação de conceitos, portanto, é uma questão mais complicada do que pode parecer à primeira vista e merece ser tratada com maior apuro analítico. J. Grange se apóia em Canguilhem quando afirma que “entre o organismo coletivo (...) e o organismo individual ou animal é difícil estabelecer de forma definitiva qual é, na filosofia de Comte, aquele que serve de modelo ao outro, as importações conceituais sendo recíprocas, a organização social e política permitindo pensar a organização biológica tanto quanto o inverso.” (Grange 1996: 222-223)⁷. Ponderando sobre os múltiplos empréstimos que a sociologia comteana toma à biologia, Grange adverte que “uma leitura atenta nos ensina a considerar como provisórios estes princípios necessários à *constituição* da sociologia. Esta, na sua plena maturidade, permitirá formular de outro modo estas noções que ela toma emprestado à biologia e que aparecerão então como casos particulares das noções sociológicas, que no entanto elas evidentemente contribuíram para formar.” (Grange 1996: 224). Sua análise dos procedimentos comteanos a leva no caso a concluir que, “no entanto, se se toma um ponto de vista exterior àquele reivindicado por Comte, é claro aqui que há *importação* dos conceitos biológicos no domínio sociológico e que se trata aí de uma contribuição fundamental e de grande consequência para a filosofia de Comte em geral e sua filosofia política em particular” (Grange 1996: 223).

⁷ Cf. Canguilhem, Georges, “Vie”, in *Encyclopédie Universalis*.

Sobre o uso da analogia feita por Comte entre a natureza e a sociedade, pode-se argumentar que transpor formulações resultantes do estudo da natureza viva para o campo da reflexão sobre a humanidade – o pensamento humano e as formas de organização da convivência entre os homens – requer que esta analogia seja bem definida e efetivamente justificada na sua razão de ser e nas implicações que estabelece. No entanto, esta é uma transposição por analogia que continua a ser largamente empregada, embora na maior parte das vezes nem a transposição, nem a analogia sejam sequer explicitadas, menos ainda suas implicações, as quais, conseqüentemente, nem mesmo tentativamente sejam justificadas. E quando se admite que a analogia supostamente válida define mais amplamente um campo dentro do qual os conceitos – como as idéias e as ideologias – podem circular livremente, se torna ainda mais imperioso que se discuta a justeza da analogia antes de admiti-la para a análise.

A construção das séries é feita através do método comparativo, que Comte usa com o objetivo de estabelecer “o imenso paralelo racional instituído entre todos os termos da série orgânica” (Comte 1998: 705). Para tanto, o crucial é definir com sagacidade o que tomar como padrão em relação ao qual proceder à ordenação das comparações. Segundo Comte, “o tipo fundamental e abstrato”, que em anatomia é a referência para ordenar todos os casos particulares, é “o homem adulto e normal tomado como unidade fundamental” (Comte 1998: 702-703). Para construir uma ordenação, procede-se tomando como referência o que se pensa como sendo “um fenômeno ou tipo fundamental”, que é definido abstratamente. “A partir deste ‘isolamento, primeiramente abstrato’, do fenômeno de referência, procedendo ‘em sentido inverso’ os casos particulares poderão ser ordenados em série.” (Grange 1996: 206). Conseqüentemente, para Comte toda e qualquer série assim construída, como a ordenação que a série inclui, é sempre relativa. Para definir a série em cada caso, um “atributo preponderante” é *escolhido* e usado como referência e em função dele se cria uma “coordenação hierárquica” que assim dá forma à série.

Para Comte, a “ordem do mundo” não é fixa, é, ao contrário, passível de modificação “dentro de certos limites”. “A ordem, mesmo isolada, não é pois mais eterna do que absoluta”, (...) “toda ordem real é espontaneamente modificável conforme

seu próprio exercício” (Comte 1912: 431). Existe uma “ordem do mundo”, que, porém, não é fixa: ela pode se modificar, mas nos limites da sua variabilidade. Ou seja, as modificações a que ela pode ser submetida têm o caráter de *variações*, que podem ocorrer, sim, mas dentro dos limites que a ordem mesma do mundo estabelece. Assim, a ordem do mundo é predeterminada, como as suas variações também são predeterminadas. O progresso, então, não é senão a ordenação destas variações ao longo do tempo, variações que por este meio realizam a ordem⁸.

Como diz Comte: “A noção de ordem real, como naturalmente modificável, é portanto ligada de tal forma ao estado vital que ela se desenvolve sempre com ele.” (Comte 1912: 40). Daí se poder considerar que “a ação recíproca dos vivos sobre o meio e do meio sobre os vivos ‘sistematiza as modificações naturais’ e a colocação em ordem progressiva do mundo tem uma origem biológica” (Grange 1996: 216). A interação dos seres vivos com o seu meio, portanto, rigorosamente conforme as palavras de Comte, “sistematiza as modificações naturais”. Num mundo pré-ordenado, o que cabe às espécies que o habitam, em especial à “espécie” humana, é trabalhar com a ordem já-posta, realizando e sistematizando as suas variações possíveis.

Nas palavras do próprio Comte : “Eis como a biologia sistematizada nos coloca enfim no melhor ponto de vista da política humana, ou melhor animal, que interessa ao conjunto do mundo vivo a regeneração social de nossa espécie, desde então destinada a governar dignamente todas as outras” (Comte 1929: 619). Não há dúvida de que a epistemologia comteana e a sua classificação das ciências são muito importantes para a sua construção teórica. Mesmo sem entrar mais a fundo neste campo de discussão, algumas observações precisam ser colocadas aqui. No pensamento de Comte, o conhecimento e a técnica cumprem papel decisivo para a adaptação da espécie humana ao seu meio e a partir daí para a realização da ordem do mundo e do seu progresso. Segundo o pensamento de Comte, este processo é o desenvolvimento.

⁸ “Comte concebe o movimento como subordinado ao equilíbrio, a dinâmica como logicamente fundada pela estática e o progresso como o simples desenvolvimento da ordem” (Canguilhem et al. 1985: 22).

Para Comte, é a ordem humana que “faz advir e realiza a ordem do mundo como totalidade e não o inverso (...). Fazendo isto, Comte conserva e radicaliza uma idéia força do século XVIII: o lugar do homem no mundo é antes de tudo definido pela maneira pela qual ele *conhece* a ordem do mundo. Em consequência, a espécie humana não pode em seu pensamento ser considerada como integrada a uma unidade orgânica natural. Se a realidade viva é finalmente ordenada pelo homem, isto é o efeito do recurso a uma ordem convencional e humana do conhecimento. A escala dos seres não é dada no mundo, ela é resultado de uma pesquisa de ordem metodológica e científica.” (Grange 1996: 225-226).

Valendo-se da circulação dos conceitos por meio das analogias entre as áreas do saber, Comte trata a humanidade como um organismo coletivo⁹.

A humanidade, concepção por meio da qual Comte pensa a “espécie” humana na sua generalidade – para além, portanto, de todas as suas diferenciações e particularidades, numa construção “subjativa” que retém apenas o que é considerado, artificialmente, como sendo fundamental para toda a espécie – é identificada então como o “Ser Vivo” (com maiúsculas) “verdadeiro”: a construção artificial da unidade da espécie passa a ser o padrão referencial para reconstruir a unidade mais ampla dos seres vivos, que então é ordenada a partir dela.

A adaptação à ordem do mundo, que faz esta ordem funcionar, variando, depende do conhecimento humano. Conseqüentemente, o desenvolvimento da ordem depende do desenvolvimento do saber. A história da humanidade, assim, é fundamentalmente a história dos modos de pensar “desenvolvidos” ao longo da história dos homens. “A história da humanidade, que é antes de tudo a história do espírito e dos modos de pensamento, conhece transformações, metamorfoses, mas jamais crises verdadeiras, jamais rupturas e jamais inovações.” (Canguilhem et al. 1985: 24). Seguindo Comte, não há rupturas entre modos de pensar: há desenvolvimento.

⁹ Cf. Comte 1908, t. VI, p. 447.

A concepção do progresso enquanto variação “normal” da ordem, variação que existe em estado potencial na própria ordem, é uma idéia-chave da teorização comteana. Sobre esta concepção, essencial para o entendimento da “lei dos três estados”, Canguilhem faz uma observação da maior importância: “É preciso evitar o contrassenso que consiste em ver na lei dos três estados do espírito humano, exemplo tipo de lei do progresso, de lei da dinâmica social, uma lei da história, no sentido kantiano ou pós-kantiano, ou seja, uma expressão da liberdade humana em conflito com as leis naturais. É, ao contrário, *por sua própria natureza* que o espírito humano emprega sucessivamente três modos de filosofar. O progresso é somente o desenvolvimento da ordem.” (Canguilhem et al. 1985: 23).

O uso do termo “desenvolvimento” preferencialmente em relação ao termo “aperfeiçoamento” para designar o progresso enquanto desenvolvimento da ordem é explicado por Comte quando alega que “a qualificação de *desenvolvimento* tem, por sua natureza, a preciosa vantagem de determinar diretamente em que consiste, forçosamente, o *aperfeiçoamento* real da humanidade; visto que ele indica imediatamente o simples impulso espontâneo, gradualmente secundado por uma cultura conveniente, das faculdades fundamentais sempre preexistentes que constituem o conjunto de nossa natureza, sem nenhuma introdução qualquer de faculdades novas.” (Comte 1908, IV: 203).

Comte afirma que “o conjunto da série biológica se tornaria então, tanto de fato quanto em especulação, perfeitamente análogo ao conjunto do desenvolvimento individual, *restrito no entanto somente ao seu período ascendente*: tratar-se-ia unicamente de uma longa sucessão determinada de estados orgânicos, deduzidos gradualmente uns dos outros na seqüência dos séculos, pelas transformações cada vez mais complexas, cuja ordem, necessariamente linear, seria exatamente comparável à das metamorfoses consecutivas dos insetos hexápodes, apenas muito mais extensa.” (Comte 1998: 775, *itálicos meus*). Deve-se notar que aqui Comte deixa claro que há uma distinção importante entre o desenvolvimento individual e a série biológica: a analogia entre os dois é perfeita, a não ser porque no plano da série o seu desenvolvimento só inclui o período ascendente. Daí que a série se compõe de uma sucessão determinada de estados orgânicos

determinados, cada um sendo deduzido dos outros por meio de transformações cada vez mais complexas, seguindo uma ordem linear ascendente.

Além disso, para Comte o estudo das sociedades animais é esclarecedor na medida em que há algum tipo de organização “social” entre certos animais. Afirma mesmo que a nossa sociabilidade conhece uma prefiguração nas sociedades animais: “... cada espécie animal como um Grande Ser mais ou menos abortado (...) pois a existência coletiva constitui sempre a tendência da vida de relação que caracteriza a animalidade” (Comte 1965: 119). Conseqüentemente, devemos nos resignar a ser somente os “primeiros animais”: “Vale mais ser o primeiro dos animais que o último dos anjos.” (Comte 1929: 615).

O entendimento do que são e de como são (pré)determinados o desenvolvimento dos organismos vivos, as séries e a escala dos seres vivos, é transposto diretamente para as séries sociais e históricas. Assim, “os sociólogos prosseguem desta maneira o trabalho elaborado pelos biólogos no que concerne à escala do vivo, a história sendo compreendida aqui como ‘uma série social que equivale em biologia à série orgânica fundamental’ e esta série é também tão determinada quanto a precedente” (Grange 1996: 246-247).

A partir desta ancoragem na biologia, J. Grange encaminha sua análise de que se, “de um ponto de vista global, a história é considerada por hipótese como o desenvolvimento de um ser social único, ela pode também ser encarada de um ponto de vista mais analítico como uma série de entidades sociais descontínuas.” (Grange 1996: 248). O próprio Comte afirma: “Esta grande noção de série social encontra, seja para a ciência ou mesmo somente para o método, seu verdadeiro equivalente em biologia, não na análise das eras, mas unicamente na concepção da série orgânica fundamental, ...” (Comte 1975: 124).

No entanto, o que importa de um modo geral para a sociologia (física social) comteana é a continuidade. “A ciência tem desde então por objeto (...) descobrir as leis constantes que regem esta continuidade e das quais o conjunto determina a marcha fundamental do desenvolvimento humano.” (Comte 1975: 123). Comte prefere tratar esta continuidade por meio do conceito de desenvolvimento. Há um texto dele próprio que é exemplar a esse respeito: “... seria fácil, na minha opinião, tratar a física social inteira sem empregar uma única vez a palavra *aperfeiçoamento*, substituindo-

a sempre pela expressão simplesmente científica de *desenvolvimento*, que designa, sem nenhuma apreciação moral um fato geral incontestável.” (Comte 1975: 124)¹⁰.

III

Detenhamo-nos agora um pouco nas formulações do engenheiro filósofo Herbert Spencer. A produção filosófica de Spencer, seu sistema da evolução, foi largamente difundida, internacionalmente, e teve enorme repercussão e influência intelectual e ideológica no final do século XIX e no começo do século XX. Patrick Tort, estudioso do evolucionismo, considera que “é lícito dizer hoje que nenhum sistema filosófico conheceu, no período moderno, um sucesso tão extenso nem tão profundo, este fenômeno se devendo globalmente ao fato de que ele coincide em suas linhas de força com o argumento teórico dos partidários do liberalismo que se instala no redemoinho da Revolução Industrial.” (Tort 1996a: 4).

Curiosamente, a referência explícita a Spencer e a seus textos, ou o comentário direto, tão freqüentes e generalizados no início do século XX, já em meados deste mesmo século se esvaeciam. Para Tort, este fato “consagra menos um esgotamento filosófico ligado a uma epistemologia demasiado amplamente obsoleta do que a uma realização ideológica na esfera da vida quotidiana e às convenções mais ou menos implícitas que lhe orientam o curso.

Regra e reflexo de um vivido de relações históricas e sociais próprio às sociedades liberais contemporâneas, o spencerismo individualista e concorrencialista, filosofia

¹⁰ Juliette Grange sintetiza bem o pensamento de Comte sobre a importância que tem para ele o conceito de desenvolvimento e como é por meio deste conceito que ele pensa a história. “Como a escala do vivo, a escala histórica é ordenada a partir da organização mais complexa: a sociedade mundializada do século XIX (do mesmo modo, a série dos organismos era ordenada a partir do homem). Mas o que a biologia recusava em nome da análise e da objetividade: ver na escala dos vivos uma escala dos seres, concebê-la como o análogo do desenvolvimento do organismo individual, a sociologia em nome mesmo dos princípios epistemológicos gerais do *Cours* pode reivindicá-lo. Os fenômenos sociais são colocados necessariamente como *a vida e o crescimento de um ser único: a Humanidade*. O ponto de vista global e ‘subjetivo’ se impôs totalmente e a metáfora *do desenvolvimento pode bem ser empregada aqui sem as reservas precedentes*, a história aparecendo claramente como o desenvolvimento da Humanidade concebida de algum modo como um ‘Grande Indivíduo’.” (Grange 1996: 247).

moderna do ‘progresso’ por adaptação complexificadora, competição, triunfo dos indivíduos melhor adaptados e desqualificação ‘natural’ dos menos aptos, penetrou tão intimamente os substratos ideológicos e comportamentais destas sociedades que pode abster-se hoje de uma referência explícita a seu pai fundador.” (Tort 1996a: 5).

Patrick Tort fala deste “estranho apagamento pelo sucesso” como uma “hegemonia silenciosa” e atribui o esquecimento de Spencer talvez mesmo aos “erros e faltas lógicos que caracterizam fundamentalmente seu projeto, argumentado pelo modelo do organismo, de descrever e de prescrever a evolução social como uma dependência simples e direta da evolução biológica.” (Tort 1996a: 5). Assim, embora a argumentação spenceriana tenha sido invalidada como cientificamente e logicamente falsa, a não explicitação dos seus textos e do seu nome nas suas teses parece poder reforçar a sua eficácia ideológica na esfera da vida quotidiana.

No seu *Sistema de Filosofia Sintética*, Spencer pretende proceder à unificação das disciplinas científicas sob o que considera como “a lei da evolução”. No *Plano Geral da Filosofia Sintética*, que apresenta em 1858, Spencer intitula a segunda parte do volume II como “A evolução da vida em geral (a hipótese do desenvolvimento)” (Tort 1996a: 25).

Em Spencer, a formulação do evolucionismo se estende a todos os campos, mas encontra seu ponto de partida na compreensão de biólogos como Harvey, Wolff e, principalmente, von Baer. Deste aprende a lei segundo a qual todo “desenvolvimento orgânico” consiste numa passagem do homogêneo ao heterogêneo. “Von Baer estabeleceu que o desenvolvimento embrionário procede de uma homogeneidade primordial e, por uma diferenciação progressiva, atinge um estado terminal de heterogeneidade.” (Canguilhem et al. 1985: 25). A partir daí, incorpora a concepção de um desenvolvimento necessário, para o qual a idéia de evolução será um “princípio organizador”. Spencer irá generalizar o campo abrangido pela evolução e tentará formular uma explicação para esta evolução generalizada. Já em 1857, afirma: “esta lei do progresso orgânico é a lei de todo progresso. Quer se trate do desenvolvimento da terra, do desenvolvimento da vida na sua superfície, do desenvolvimento da Sociedade, do governo, da indústria, do comércio, da linguagem, da literatura, da

ciência, da arte, sempre seu fundamento é esta mesma evolução que vai do simples ao complexo através das diferenciações sucessivas.” (Spencer 1879: 6).

Além disso, a generalidade da evolução deve ser explicada admitindo a evolução do homogêneo ao heterogêneo como lei suprema de todas as coisas. É preciso, porém, ter o cuidado de não deixar aí nenhum lugar para qualquer tipo de pré-formacionismo. Spencer adverte que na formulação desta lei de modo algum o heterogêneo já estaria pré-formado no homogêneo. Opõe-se aí a Erasmus Darwin (avô de Charles Darwin), para quem os seres são levados a evoluir através de uma atividade intrínseca. Diz Spencer: “é antifilosófico atribuir a evolução orgânica a uma aptidão que os organismos possuiriam naturalmente ou que lhes seria conferida miraculosamente.” (Spencer 1904, I: 489). E mais: “nenhum germe, de animal ou de vegetal, contém o mais fraco rudimento, traço ou índice do organismo futuro; ...” (Spencer 1879: 59)¹¹.

Spencer pretende explicar a epigênese recorrendo ao fenômeno fundamental da Força e propõe que a permanência e a transformabilidade da Força sejam tomadas como o princípio supremo da filosofia. A partir daí, define o que considera como os princípios gerais da evolução:

- a lei da instabilidade do homogêneo: tomando a força sob a forma de um agregado finito, como as partes desse agregado são expostas desigualmente às forças exteriores, elas se diferenciarão e se tornarão heterogêneas;
- a lei de multiplicação dos efeitos: a diferenciação tende a aumentar, a desenvolver-se. Como efeito da sua diferenciação, as partes diferenciadas reforçam a heterogeneidade das partes do todo por sua própria diversidade;
- a lei do equilíbrio: um equilíbrio se introduz entre as forças e provoca uma paralisação ou uma suspensão provisória da diferenciação. As forças internas do

¹¹ Canguilhem comenta: “O organismo que o germe produz não poderia, por menor que fosse, estar contido no germe. Somente a ação exercida sobre o germe pelos agentes diferentes dele explica as transformações, as complicações crescentes que o conduzirão à sua forma última. Ora, a epigênese não é uma característica unicamente dos fenômenos biológicos. Toda evolução é epigenética.” (Canguilhem et al. 1985: 26).

agregado equilibram as forças externas e se equilibram umas às outras, até que a ocorrência de forças novas desestabilize os equilíbrios estabelecidos.

- A heterogeneização de um agregado acaba por provocar o esgotamento das forças internas a ele, quando então a diferenciação tende a terminar e o agregado tende a se desintegrar. A evolução conduz assim à dissolução¹².

Spencer considera a filosofia e as ciências como saberes incompletamente coordenados e pretende integrá-los no seu sistema filosófico. Para ele, “o filósofo tem por tarefa trazer à luz os postulados implícitos de todo conhecimento que verse sobre dados particulares.” (Duchesneau 1974: 125). Entende que “a filosofia prolonga portanto a ciência. Por esta razão, ela toma a seu encargo as noções científicas e as restitui à ciência depois de tê-las elaborado. Assim se explica que a noção de desenvolvimento, recebida por Spencer da biologia, tenha sido modificada antes de ser devolvida à biologia.” (Canguilhem et al. 1985: 28).

Spencer distingue crescimento e desenvolvimento. Diz ele: “Na linguagem ordinária, emprega-se freqüentemente a palavra desenvolvimento como sinônimo de crescimento. Convém declarar que nós nos servimos da palavra desenvolvimento, neste capítulo e no resto da obra, para significar *o aumento de estrutura* e não *o aumento de volume*.” (Spencer 1904, I: 160). Na sua biologia evolucionista, Spencer entende que “o *crescimento* orgânico como integração de matéria é função do grau de complexidade do organismo considerado, da quantidade útil de substâncias que ele absorve (...), do dispêndio de forças, tanto quanto do volume primitivo do ser que cresce.” (Tort 1996a: 59).

Quanto à “evolução”, Spencer a define como “uma integração de matéria acompanhada de uma dissipação de movimento, durante a qual a matéria passa de uma homogeneidade indefinida, incoerente, a uma heterogeneidade definida, coerente, e durante a qual também o movimento retido sofre uma transformação análoga.” (Spencer 1885: 355). Conforme a leitura de Canguilhem, para Spencer, nos *Principes*

¹² Cf. Spencer 1885, cap. XXIII.

de biologie, “quanto à palavra ‘evolução’, ‘compreendendo o crescimento tanto quanto o desenvolvimento’, ela ‘deve ser reservada para os casos em que estes dois fenômenos estão implicados’.” (Canguilhem et al. 1985: 28).

No que se refere às sociedades, “o estudo histórico do devir das sociedades humanas é pois para Spencer a ocasião de verificar uma vez mais a universalidade da lei da evolução dos agregados por integração/diferenciação e complexidade-heterogeneidade crescentes.” (Tort 1996a: 101).

A noção de desenvolvimento constitui o centro e a base da elaboração do evolucionismo que tem em Spencer seu criador principal. De acordo com Patrick Tort, no vocabulário deste evolucionismo a noção de desenvolvimento é tomada sob um triplo registro, a saber:

1) *registro embriogenético*, em que o desenvolvimento “designa o crescimento de massa e de estrutura (complexidade crescente) de um organismo individual a partir de seu germe (ovo fecundado) (...). Cada desenvolvimento orgânico verifica a lei de evolução da homogeneidade incoerente e indefinida à heterogeneidade coerente e definida, ou ainda de diferenciação progressiva com progresso coextensivo da integração.” (Tort 1996: esp. 1199).

2) *registro evolutivo*, em que o desenvolvimento é pensado como “um deslizamento (análogo, como sempre neste autor [Spencer]) da ontogenia à filogenia. Desenvolvimento é então sinônimo de evolução dos organismos, este termo sendo entendido como ligado à teoria geral da evolução exposta nos *Premiers principes*, portanto no sentido de uma complexificação progressiva ao longo da escala dos seres orgânicos (...). Assim, porque a teoria darwiniana da descendência postula a derivação das espécies a partir de formas simples, ela poderá ser nomeada ‘teoria do desenvolvimento’ no vocabulário corrente dos evolucionistas.” (Tort 1996: esp. 1199).

3) *registro antropo-sociológico e histórico*: “Na sistematização spenceriana, pouco preocupada em considerar os níveis de integração que tornam a sua operação puramente ideológica, a aplicação mais célebre deste modelo organicista dinâmico é a que ele faz, na última fase de elaboração de sua obra, ao ‘desenvolvimento’ das

sociedades e das instituições humanas – a sociedade sendo para Spencer um ‘superorganismo’. Uma sociedade humana evolui, como um organismo e mais geralmente como o conjunto dos fenômenos naturais, do simples ao complexo, do homogêneo ao heterogêneo, do indiferenciado ao diferenciado-integrado, etc. O termo *desenvolvimento* se torna então sinônimo de progresso. O desenvolvimento (progresso) das sociedades na história se opera pois de acordo com o modelo do desenvolvimento orgânico e da história dos organismos.” (Tort 1996: esp. 1199).

IV

Outro autor que merece nosso estudo atento é Charles Darwin. Darwin é reconhecido como o fundador principal da teoria moderna da evolução dos organismos, a partir da sua teoria sobre a “descendência modificada por meio da seleção natural”, que expõe em *A origem das espécies*, publicada em 1859. Com esta teoria, desempenhou papel de primeira grandeza na transformação da concepção global sobre a natureza viva.

A partir de estudos críticos que vêm sendo realizados nas últimas duas décadas, parece necessário proceder a uma análise mais fina da obra de Darwin, não o colocando apenas sob a rubrica de evolucionismo, já que a originalidade da formulação darwiniana e sua diferença específica quanto a um Lamarck e a um Spencer, por exemplo, se dilui e mesmo se perde ao colocá-lo simplesmente sob aquela rubrica¹³.

¹³ Perdura há muito tempo uma confusão entre as formulações de Darwin e algumas outras que passaram a ser reconhecidas como “darwinismo”. Há um profundo estudioso de Darwin e das teorias da evolução – Patrick Tort – cuja contribuição tem sido decisiva para levantar a discussão sobre essa confusão, procurando esclarecer o conteúdo das concepções de Darwin e encaminhando a crítica bem fundamentada de outras concepções atribuídas a Darwin, mas que não encontram sustentação na leitura dos textos do próprio Darwin. P. Tort sustenta que “até uma época não verdadeiramente passada, ela [a teoria da descendência por meio da seleção natural] fez-se, além disso, periodicamente objeto de apropriações ilegítimas e de aplicações perigosamente errôneas no seio das teorias econômicas, sociológicas e políticas...” (Tort 1997: 6). Tort entende que as transposições mecânicas para o mundo social de concepções darwinianas sobre o mundo da natureza viva decorrem principalmente da leitura de Darwin “através dos óculos de Spencer”.

Atendendo a estas considerações, a revolução naturalista associada à teoria darwiniana da origem das espécies vem sendo reconhecida como “transformismo”. Patrick Tort esclarece: “O evolucionismo (o termo aparece, na França, cerca de 1878) enquanto ‘sistema da evolução’ é uma *filosofia*.”

Confundiram-na erroneamente com o *transformismo* (a palavra é de 1867) – teoria, própria à história natural, da transformação progressiva das espécies vivas por descendência modificada, a qual ilustram principalmente Lamarck (1800, 1802, 1809), Darwin e Wallace (1858) e sobretudo Darwin (final de 1859 – começo de 1860).

O evolucionismo filosófico nasce publicamente, depois de um período de maturação (dos quais os primeiros sinais remontam a 1847), de intuições explicitadas e de abordagens múltiplas (1850-1855), em seguida de difusão restrita no seio de uma elite simpatizante de sábios, de homens de letras e de filósofos (1858-1860), quando aparece em março de 1860 o *Prospectus* do *Système synthétique de philosophie* do engenheiro inglês Herbert Spencer (1820-1903).” (Tort 1996a: 3).

É muito acentuada a diferença teórica entre Darwin e Spencer ou Lamarck, diferença que acaba por ser minimizada quando se recorre à designação genérica “evolucionismo” abrangendo a todos eles. “É verdade que o nome de Darwin demasiado freqüentemente era ligado a quaisquer formas de evolucionismo, mas este termo canhestro parece redundante dado que a maioria dos cientistas que optaram por um ponto de vista lamarckiano estava ciente do abismo separando-os dos Darwinianos.” (Bowler 1989: 220).

Com os procedimentos e os resultados de sua pesquisa, Darwin inova em profundidade a ciência do seu tempo. Produz conceitos científicos¹⁴, faz descobertas¹⁵ importantíssimas. Darwin se confronta com as concepções idealistas dos naturalistas do século XVIII e rompe com elas¹⁶. Dedicar-se a um trabalho empírico extenso e

¹⁴ “A seleção natural é efetivamente um conceito científico (...) que constitui um novo modelo de ordem (...)” (Veuille 1987: 213).

¹⁵ “A teoria da ‘transformação das espécies por via de seleção natural’ não é uma simples narrativa; é uma descoberta.” (*Id., ibid.*, p. 201).

¹⁶ “Talvez a mais importante influência da filosofia idealista em biologia tenha sido através da sua imagem desenvolvimental (*developmental*) de um mundo avançando em direção a um objetivo predeterminado. (...) O estímulo original para isso foi a exitosa aplicação da perspectiva idealista a uma área mais restrita e mais óbvia do desenvolvimento biológico: crescimento do embrião” (Bowler 1989: 107).

meticuloso, compõe um novo objeto de investigação, elabora lógica e teoricamente seu material empírico numa construção original, tão convincente quanto desconcertante. Na sua teorização, recorre a noções já colocadas antes dele, como “luta pela vida”, “evolução”, “adaptação”, “desenvolvimento”, mas transforma profundamente sua configuração e seus significados. São estas reformulações que sobretudo importam neste estudo que faço aqui de Darwin.

De 1759, com a obra *Theoria Generationis* de C.F. Wolff, a 1859, com a obra *Origem das espécies*, de Darwin, vai ocorrendo uma mudança de sentido da noção de desenvolvimento. Canguilhem chama isso de uma “reforma do conceito” (Canguilhem et al. 1985: 3). Os pontos para os quais Canguilhem e seus colegas chamam a atenção se ligam diretamente ao foco principal do estudo que então realizavam – os conceitos de desenvolvimento e de evolução (conceitos que eles consideravam como decisivos no universo das produções que analisavam) e a conexão estabelecida em cada caso entre esses conceitos. Apontam uma demarcação nítida entre duas concepções, uma anterior a Darwin e outra que se instaura com Darwin. Naquela, indicam os traços mais característicos das concepções com as quais Darwin irá romper: o postulado de um sistema de Formas, hierárquico e harmonioso. Entendem que Darwin rompe com o próprio fundamento desta concepção e transforma radicalmente os seus termos.

A questão dos tipos, quando concebidos sob uma perspectiva essencialista, é crucial aí. Como diz E. Mayr, “é completamente impossível desenvolver uma teoria evolucionária sobre o fundamento do essencialismo. Essências, sendo invariáveis no espaço e no tempo, são fenômenos não-dimensionais. Desde que lhes falta variação, não podem evoluir ou produzir espécies incipientes (...). O progresso no problema do processo de formação das espécies não foi alcançado até que naturalistas descobrissem que as unidades de classificação das espécies são fenômenos dimensionais. As espécies têm uma extensão no espaço e no tempo; elas são estruturadas e consistem de populações que, ao menos em parte (quando são isoladas) são independentes umas das outras. Assim (...), as espécies variam e cada população de uma espécie isolada é uma espécie incipiente e uma fonte potencial da origem da

diversidade (...). Isolamento e evolução gradual poderiam explicá-lo (que cada ilha tenha suas próprias espécies). Esta é a lição que Darwin aprendeu da avifauna de Galápagos.” (Mayr 1982: 407-408). Espécies, assim, não são tipos ou classes definidos por uma essência que lhes conferiria sua identidade. As espécies de organismos têm existência real, formam grupamentos de indivíduos reais, constituem entidades contínuas, coerentes e localizadas no espaço e no tempo.

Há três questões sobre as quais devemos nos deter quando queremos caracterizar a construção teórica darwiniana, sempre com a preocupação de discernir suas concepções acerca dos conceitos de desenvolvimento e de evolução. São questões que se referem ao meio ambiente, à luta pela vida e à adaptação.

Entre os elementos importantes da ruptura de Darwin com seus contemporâneos está a inclusão do meio ambiente na análise. Enquanto Saint-Hilaire, Serres e von Baer, por exemplo, trabalham com elementos factuais de ordem anatômica, embriológica e teratológica, Darwin inclui no próprio objeto de investigação, como parte relevante da sua constituição, condições de natureza geográfica compondo o meio ambiente da formação e da reprodução da vida em estudo. Passa então a considerar a geologia, a geografia das espécies, as mudanças geográficas e sua possível ação sobre o mundo vivo.

Conseqüentemente, “um vivo aparece à primeira vista a Darwin como um ser cuja realidade total ultrapassa a estrutura e não pode se refletir plenamente nela: uma espécie se define também pelas funções vegetativas ou de relação, ligadas a um certo modo de vida implicando um meio particular e se exprimindo, entre os animais, nos hábitos e nos instintos.” (Canguilhem et al. 1985: 30). Nesta concepção, a realidade de um indivíduo ultrapassa, pois, os limites do seu organismo, de tal modo que não se alcança a realidade total deste ser ao considerá-lo apenas na sua estrutura orgânica. A manutenção da vida de um ser vivo inclui necessariamente as relações que ele estabelece com o seu meio ambiente, estabelecendo um modo de vida determinado.

Embora os fatores tipicamente geográficos tenham grande importância na caracterização do meio para o mundo vivo, o que constitui este meio ultrapassa estas condições físicas. “Em *A Origem das Espécies* (cf. sobretudo os capítulos 3 e 4), o essencial não é

quase nunca o meio físico, nem mesmo o meio alimentar. É também e sobretudo a vizinhança dos concorrentes e dos agressores.” (Canguilhem et al. 1985: 31).

A “luta pela vida” (“*struggle for life*”) é uma das idéias fundamentais de Darwin. Para garantir sua sobrevivência, cada ser vivo tem que lutar contra os obstáculos que o meio natural em que ele se encontra lhe impõe. Como partes importantes deste meio Darwin considera desde barreiras geográficas (oceanos, rios, montanhas, desertos) até condições climáticas e ecológicas, como também a presença de outras espécies competindo pela ocupação do território e pelo acesso às mesmas fontes de alimentação. O conceito de “luta pela vida” se refere de uma maneira global ao enfrentamento de cada indivíduo ou grupamento às condições adversas do meio natural em geral, enfrentamento que se impõe como necessário para que este indivíduo ou grupamento consiga sobreviver neste meio, diante, por exemplo, de um alto grau de aridez ou da presença de predadores.

O conceito de luta pela vida, no entanto, inclui também o conceito de “concorrência vital”, que se refere especificamente aos embates que os indivíduos ou os grupos travam entre si no meio em que se encontram ou em que querem vir se estabelecer. Nas condições ambientais dadas, ressalta, portanto, a vizinhança de outras espécies ou de outros grupamentos, no caso definidos como concorrentes ou como agressores.

Para Darwin: “A luta pela existência resulta inevitavelmente da rapidez com a qual todos os seres organizados tendem a se multiplicar. Todo indivíduo que, durante o curso natural de sua vida, produz vários ovos ou várias sementes, deve ser destruído em algum período de sua existência, ou durante uma estação qualquer, pois de outro modo, o princípio do aumento geométrico estando dado, o número de seus descendentes se tornaria tão considerável que nenhum país poderia nutri-los. Também, como nascem mais indivíduos do que os que podem viver, deve haver, em cada caso, luta pela existência, seja com um outro indivíduo da mesma espécie, seja com indivíduos de espécies diferentes, seja com as condições físicas da vida. É a doutrina de Malthus aplicada com uma intensidade muito mais considerável a todo o reino animal e a todo o reino vegetal, ...” (Darwin 1921: 69)¹⁷.

¹⁷ A propósito da apropriação por Darwin do conceito formulado por Malthus de “crescimento geométrico” da população, Patrick Tort procura esclarecer os limites do uso que Darwin faz deste conceito: “De todo

Quanto à lógica da construção da hipótese da seleção natural das espécies a partir das idéias de variação e de luta pela vida, Tort a resume em dez pontos:

- 1) Observam-se variações individuais nos seres vivendo sob domesticação ou em estado natural;
- 2) Induz-se a existência de uma capacidade natural indefinida de variação dos organismos (variabilidade);
- 3) Observa-se que a reprodução orientada pode fixar hereditariamente algumas destas variações;
- 4) Induz-se a existência de uma aptidão dos organismos para serem selecionados de modo análogo no seio da natureza (selecionabilidade);
- 5) Avalia-se a taxa de reprodução das diversas espécies e de sua capacidade de multiplicar-se;
- 6) Deduz-se a existência de uma capacidade de ocupação total rápida de todo o território pelos representantes de uma mesma espécie, animal ou vegetal, reproduzindo-se sem obstáculo;
- 7) Observa-se, porém, quase universalmente, que em lugar desta saturação, ocorrem equilíbrios naturais, constituídos pela coexistência, num mesmo território, de representantes de múltiplas espécies;
- 8) Da oposição entre os pontos 6 e 7, deduz-se a necessidade de um *mecanismo regulador* operando no seio da natureza e reduzindo a extensão numérica de cada população. Um tal mecanismo é necessariamente *eliminatório* e se opõe, pela destruição, à tendência natural de cada grupo de organismos à proliferação ilimitada. É a *luta pela vida* (*struggle for life*), que produz uma *seleção natural* cujo efeito principal é a *sobrevivência dos mais aptos* (por meio do jogo da *eliminação dos menos aptos*);

modo, quanto à sua particularidade historiográfica, a ocorrência dos acontecimentos, no pensamento de Darwin, desta inspiração teórica aliás inegável, o alicerce do edifício doutrinal darwiniano é posto, sem que Darwin tenha jamais aprovado quanto ao resto a corrente ideológica da qual participam juntos Townsend e Malthus, assim como as atitudes político-sociais que aí encontram argumento.” (Tort 1997: 37).

9) Observa-se a luta pela vida no seio da natureza;

10) Formula-se a hipótese de uma *seleção natural* (recorrendo à variabilidade e à analogia do modelo de seleção artificial), que, através da luta (entre indivíduos, entre espécies e com o meio), efetuará a triagem das variações *vantajosas* em um contexto dado e asseguraria assim a vitória vital, transmissível hereditariamente, dos indivíduos portadores delas. Como diz o próprio Darwin: “É a esta conservação das variações favoráveis e à destruição das que são nocivas que eu apliquei o nome de ‘seleção natural’ ou de ‘sobrevivência do mais apto’ (*L’Origine des espèces*, cap. IV)”¹⁸.

O conceito de “luta pela vida”, assim como esta expressão, é antigo, frequentemente usado nos séculos XVII e XVIII. Inicialmente como “um caso relativamente benigno servindo para fazer as correções necessárias ao equilíbrio da natureza” (Mayr 1982: 483). Mais tarde se passa a admitir uma interpretação oposta, “na qual a violência da luta pela existência começava a ser reconhecida”, como aparece, por exemplo, numa extensa exposição feita por Lyell. Mayr esclarece que foi nos escritos de Lyell que Darwin encontrou primeiramente este conceito de luta pela vida e não em Malthus (Mayr 1982: 483 e 406).

À concepção de harmonia permanente na natureza – questionada empiricamente, por exemplo, pelos achados arqueológicos evidenciando a extinção de várias espécies, bem como pelas hipóteses geológicas sobre as mudanças ocorridas no mundo através das diferentes eras – se contrapõe a idéia de um mundo marcado pela difícil e violenta luta das espécies para sobreviver.

O conceito de adaptação cumpre importante papel nesta concepção. Diz Darwin, por exemplo: “Na minha teoria, a unidade do tipo é explicada pela unidade da descendência. A expressão das condições de existência (...) é plenamente abrangida pelos princípios da seleção natural. Pois a seleção natural age ou adaptando agora as partes variáveis de cada ser às suas condições de vida orgânica ou inorgânica; ou as tendo adaptado durante períodos de tempo há muito passados: a adaptação sendo

¹⁸ Cf. Tort 1997, p. 38-39.

ajudada em alguns casos pelo uso e pelo não-uso, sendo levemente afetada pela ação direta das condições externas de vida e sendo em todos os casos sujeita às várias leis do crescimento.” (Darwin 1964: 206). A adaptação se faz como resultado do processo de escolha entre variantes, sob a pressão das condições ambientais. Escolhas experimentadas como vantajosas se fixam. A ocorrência continuada de ações e de comportamentos ditados por essas escolhas produz por sua vez variações, que, propiciando boa adaptação, se estabelecem, sendo transmitidas ao longo de grandes períodos de tempo.

Neste sentido, a adaptação decorre de uma interação longamente experimentada entre um ser vivo, ou uma espécie de seres vivos, com o seu meio. Esta adaptação é, portanto, basicamente dinâmica.

A questão da adaptação como um processo dinâmico continuado não apenas tira o chão de toda concepção de harmonia do mundo decorrente de uma suposta Criação. Já a referência de Darwin ao meio “revela (...) a inconsistência de toda escala universal de perfeição ou de ‘acabamento’ em biologia. Na sua acepção mais precisa, a perfeição era uma propriedade intrínseca da Forma, deduzida de seu grau de semelhança com o homem. Ora, o critério da adaptação ao meio não pode de nenhum modo coexistir com este, mesmo reservado ao puro morfologista (...). Esta dualidade entre as exigências das condições de vida e as estruturas profundas do vivo (...) confirma um princípio igualmente fundamental tanto para Darwin quanto para Lamarck: entre a vida e seu meio não há acordo preestabelecido. Neste sentido pelo menos, seu transformismo é profundamente dualista. Mas além disso a própria concepção que Darwin forma do meio e da adaptação coloca sua doutrina exatamente em oposição às filosofias biológicas fundadas na idéia de perfeição.” (Canguilhem et al. 1985: 31).

É chave essa compreensão de Canguilhem da perfeição como uma propriedade intrínseca da Forma, compreensão que se completa ao focalizar que esta perfeição assim concebida é deduzida do seu grau de semelhança com o homem. Segundo este entendimento, a perfeição remete à Criação, à hierarquia dos seres criados e à identificação do homem como o ser que ocupa a posição superior desta hierarquia. Ora, se a própria sobrevivência depende da adaptação ao meio através da luta pela vida e da concorrência vital, a questão fica a partir daí radicalmente deslocada da

perfeição e da hierarquia definida pela perfeição. O critério fundamental agora se encontra em outra ordem, tem a ver com a adaptação, e não há acordo preestabelecido entre a vida e o seu meio.

Em Darwin, “a adaptação se exprime menos na satisfação das necessidades do que num fato demográfico, em suma: ter descendentes cada vez mais numerosos ou, pelo menos, em efetivo não decrescente. Segue-se que não se poderia ter aí, em geral, ser *em si* adaptado ou não. Pode-se constatar somente a adaptação de um ser a certos lugares, em relação a certos ambientes e sob certas condições. Nada, inclusive talvez o homem, é biologicamente adaptado a tudo. E seres rudimentares podem ser extremamente bem ajustados a certos quadros de existência (*L’Origine des espèces*, 134-135).” (Canguilhem et al. 1985: 31). A adaptação aí é, pois, claramente relativizada. Não há ser que seja adaptado ou não-adaptado em si mesmo. A adaptação depende das condições concretas de existência em cada caso.

Darwin se coloca contra a concepção então vigente da irredutibilidade das Formas, argumentando com as variações. Um dos pontos mais fundamentais para a teorização de Darwin é a sua suposição da disponibilidade ilimitada de variação entre os indivíduos¹⁹; cada indivíduo é único e diferente de qualquer outro. Como diz o próprio Darwin: “Estas diferenças individuais são altamente importantes para nós, na medida em que elas fornecem elementos para a seleção natural acumular, ...” (Darwin 1964: 45).

De acordo com Canguilhem, “Darwin insiste (...) sobre a impossibilidade de traçar um limite claro entre caráter usual e variação evolutiva, na maioria dos casos.” (Canguilhem et al. 1985: 32). O que ocorre são pequenas variações, que vão se acumulando lentamente, por seleção natural ou artificial, numa mesma direção. Canguilhem conclui assim que, “sublinhando sua freqüência e sua onipresença nas espécies atualmente observáveis, mas sobretudo o alcance de seus efeitos cumulativos, Darwin elimina o axioma da irredutibilidade das Formas vivas” (Canguilhem et al. 1985: 32-33).

¹⁹ Cf. ponto 2 das indicações sobre a lógica da construção da hipótese da seleção natural mencionada acima.

As variações sobre as quais Darwin se debruça são pequenas variações, variações fragmentárias. Também em sua concepção de hereditariedade Darwin tende a tratar os tipos em termos dos traços pouco solidários que os compõem. “Assim se esfuma um segundo aspecto clássico das formas vivas: sua indivisibilidade.” (Canguilhem et al. 1985: 33).

Para Darwin, as variações são imprevisíveis e em geral não se sabe quais são suas causas (Canguilhem et al. 1985: 33)²⁰ Considerando a multiplicidade de variações que se concretizam e a sua acumulação, “é o tipo como um todo que aparece indefinidamente e indiferentemente plástico” (Canguilhem et al. 1985: 33). Deste modo, o que caracteriza a evolução teorizada por Darwin é a sua contingência, contra qualquer idéia de predeterminação. De acordo com a leitura de Canguilhem, em Darwin “a Vida não tem nem plano nem preferências; ela não ‘tende’ para nada, mesmo para sua própria conservação. São os acasos do meio que, negativamente, a orientam e, por momentos, a estabilizam. Assim, a aparência de predeterminação, a imagem de uma mudança sustentada por estruturas transcendentais, tão difícil de eliminar inteiramente da embriologia, é radicalmente excluída do devir das espécies.” (Canguilhem et al. 1985: 33).

190

Ao romper com as concepções da irredutibilidade, da indivisibilidade e da predeterminação das Formas vivas, Darwin redefine os conceitos de desenvolvimento e de evolução, que passam a não mais poder ser aplicados indistintamente ao organismo individual e às espécies. O conceito de evolução ganha uma nova precisão, explicitando seu conteúdo por meio de características bem definidas e circunscrevendo seu objeto de aplicação às espécies. A partir da *Origem das espécies* (1859), Darwin não mais tratará a evolução em termos de uma identidade com o processo de desenvolvimento, reservando o conceito de desenvolvimento exclusivamente ao processo de desenvolvimento identificado como desenvolvimento individual.

A história das espécies não pode mais ser tomada como uma transposição simples, “à escala das gerações e dos séculos”, do desenvolvimento de tipo embriológico. “Primeiro, um tal desenvolvimento, é evidente, de um indivíduo único e quali-

²⁰ Cf. Darwin 1921, p. 144 e 178.

ficado. (...). Por outro lado, o mundo vivo não se desenvolve ao modo de um único ser coletivo. O conjunto das Formas, num momento dado, cessa, em Darwin, de possuir uma arquitetura dotada de unidade interior.” (Canguilhem et al. 1985: 34). Assim, nesta teorização, o conceito de desenvolvimento só é aplicável ao indivíduo, ao organismo individual. E o mundo vivo não é um “ser coletivo único”, não é um grande organismo, nem “se desenvolve” da mesma maneira que um organismo individual.

Cabe indicar ainda que o desenvolvimento embrionário é sempre concebido como um progresso, como um aperfeiçoamento crescente ou gradual. Darwin, pelo contrário, deixa claro na *Origem das espécies* que a seleção natural não implica nenhuma lei necessária e universal de progresso. Na primeira edição inglesa, ele escreveu: “A seleção natural tende somente a tornar cada ser orgânico tão perfeito como, ou ligeiramente mais perfeito do que os outros habitantes da mesma região com os quais ele tem que lutar pela existência.” (Darwin *apud* Gasc 1996: 1515). Na segunda edição, conforme a tradução francesa: “Ela [a seleção natural] se apodera somente de toda variação que se apresenta, quando é vantajosa para a espécie ou para seus representantes no que diz respeito às suas relações mútuas e complexas.” (Darwin *apud* Tort 1996: 1515).

Conforme a leitura de Canguilhem, “a evolução que o Darwinismo sugere não tem termo previsível e não conhece pois conclusão. (...). O critério de superioridade mudou: é o aumento da capacidade de sobreviver. Onde, especialmente, a impossibilidade de hierarquizar as Formas coexistentes, se sua sobrevivência respectiva aparece durável.” (Canguilhem et al. 1985: 35). Como diz o próprio Darwin: “é quase impossível definir bem claramente o que se entende por uma organização mais ou menos elevada” (Darwin 1921: 522).

V

A revolução darwiniana – como, aliás, tem sucedido com outras revoluções científicas – não converteu de imediato nem automaticamente o campo científico e o pensamento em geral às suas idéias. Como sua teoria marca uma ruptura, é possível identificar por oposição um pensamento darwiniano e um pensamento não-darwiniano, sendo que este, que era anterior a Darwin, se manteve ao tempo de

Darwin e persistiu mesmo depois dele. Peter Bowler caracteriza este pensamento não-darwiniano em termos de “modelo teleológico de desenvolvimento”: “As teorias não-Darwinianas do século dezanove mais tardio foram freqüentemente progressistas e implicitamente teleológicas: elas supunham que a evolução pretendia desenvolver em direção a um objetivo particular, assim como um embrião cresce em direção à maturidade.” (Bowler 1989: 24).

Na perspectiva que aqui está expressa por Bowler, o conceito de “desenvolvimento” – ancorado no crescimento do organismo individual rumo à sua maturidade, especialmente conforme aos estudos do crescimento do embrião – se encontra no centro mesmo da elaboração das teorias pré-darwinianas: teorias contra as quais a revolução darwiniana se fez, mas que vêm persistindo nas ciências da natureza, nas ciências da sociedade e nas ideologias a que elas se ligam e às quais conferem legitimação. “Muitos naturalistas ainda pensavam que o desenvolvimento do organismo individual dirigido para uma finalidade fornecia a melhor analogia para compreender a história da vida na terra. (...). Tais idéias permaneceram populares bem depois de Darwin ter convertido o mundo científico a uma aceitação do transformismo. É então possível argumentar que a publicação da teoria de Darwin tenha estimulado, mas que não tenha realmente defletido o crescimento das idéias não-Darwinianas, desenvolvimentais (*developmental*). Seus insights mais radicais antecipam os conceitos usados pelos evolucionistas modernos, mas no seu próprio tempo eles foram esmagados pela preferência geral por um modelo teleológico de desenvolvimento.” (Bowler 1989: 149).

A história das ciências ensina que não é apenas pela força dos argumentos, pela consistência da argumentação ou pela evidência da demonstração e da verificação que uma teorização efetivamente nova se impõe. O conhecimento científico integra um campo muito mais vasto de conhecimentos e de ideologias, atravessados todos eles por múltiplos mecanismos de vários poderes. O que possa vir a ser considerado como uma revolução científica – que deste modo se apresenta em ruptura com muito do que está estabelecido e aceito como conhecimento e que nesta condição confere ordem (a sua ordenação característica) ao mundo – encontra assim diversos tipos de obstáculos à sua aceitação, muitos dos quais não pertencem estritamente ao campo

da racionalidade em questão e, deste modo, não se resolvem por meio de confronto e discussão de idéias, de evidências e de lógicas.

Não seria diferente com as formulações profundamente originais de Darwin, que também se contrapunham a idéias ligadas a interesses econômicos, políticos e teológicos muito importantes, além naturalmente das disputas e controvérsias no campo específico das ciências.

Num texto já antigo, muito importante, Lévi-Strauss (1952) distingue com clareza o evolucionismo biológico, teoria científica, da *Origem das espécies*, de Darwin e o evolucionismo social de Spencer e Tylor, que “é, demasiado freqüentemente, somente a maquiagem falsamente científica de um velho problema filosófico do qual não é de modo algum certo que a observação e a indução possam um dia fornecer a chave.” (Lévi-Strauss 1973: 387).

Lévi-Strauss reconhece as imensas conquistas do darwinismo, resultado de uma ampla hipótese de trabalho fundada sobre observações. “(...) o evolucionismo biológico e o pseudo-evolucionismo que nós temos aqui em vista são duas doutrinas muito diferentes. A primeira nasceu como uma vasta hipótese de trabalho, fundada sobre observações em que a parte deixada à interpretação é muito pequena. Assim, os diferentes tipos que constituem a genealogia do cavalo podem ser ordenados numa série evolutiva por duas razões: a primeira é que é necessário um cavalo para gerar um cavalo; a segunda, que as camadas de solo superpostas, portanto historicamente cada vez mais antigas, contêm esqueletos que variam de maneira gradual desde a forma mais recente até à mais arcaica. Torna-se assim altamente provável que *Hipparion* seja o ancestral real de *Equus caballus*. O mesmo raciocínio se aplica sem dúvida à espécie humana e a suas raças. Mas quando se passa dos fatos biológicos aos fatos de cultura, as coisas se complicam singularmente. Pode-se recolher no solo objetos materiais e constatar que, segundo a profundidade das camadas geológicas, a forma ou a técnica de fabricação de um certo tipo de objetos varia progressivamente. E no entanto um machado não produz fisicamente um machado, à maneira de um animal. Dizer, neste último caso, que um machado evoluiu a partir de um outro constitui portanto uma fórmula metafórica e aproximativa, desprovida

do rigor científico que se liga à expressão similar aplicada aos fenômenos biológicos. O que é verdadeiro quanto a objetos materiais cuja presença física é atestada no solo, para épocas determináveis, o é mais ainda para as instituições, as crenças, os gostos, cujo passado nos é geralmente desconhecido. A noção de evolução biológica corresponde a uma hipótese dotada de um dos mais altos coeficientes de probabilidade que se possam encontrar no domínio das ciências naturais; enquanto que a noção de evolução social ou cultural produz, quando muito, apenas um procedimento sedutor, mas perigosamente cômodo, de apresentação dos fatos.” (Lévi-Strauss 1973: 386-387).

Lévi-Strauss chama a atenção para a necessidade de estabelecer claramente a diferença entre o evolucionismo biológico, que considera verdadeiro, e o evolucionismo social, que considera falso evolucionismo, o que na maioria das vezes é negligenciado.

De fato, o evolucionismo social recebeu um grande impulso do evolucionismo biológico. No entanto, considerando as respectivas datas em que cada um deles surgiu, verifica-se que o evolucionismo social é anterior ao biológico. Lévi-Strauss localiza no século XVIII o surgimento dos esquemas fundamentais que serão retomados por Spencer e Tylor. “Sem remontar até às concepções antigas, retomadas por Pascal, assimilando a humanidade a um ser vivo que passa pelos estágios sucessivos da infância, da adolescência e da maturidade, é no século XVIII que se vê florescerem os esquemas fundamentais que serão na seqüência objeto de tantas manipulações: as ‘espirais’ de Vico, suas ‘três eras’ anunciando os ‘três estados’ de Comte, a ‘escada’ de Condorcet. Os dois fundadores do evolucionismo social, Spencer e Tylor, elaboram e publicam sua doutrina antes de *A Origem das Espécies* ou sem ter lido esta obra.” (Lévi-Strauss 1973: 387).

Criticando como etnocentrismo o repúdio puro e simples das formas culturais diferentes e mais afastadas daquelas com as quais nos identificamos, Lévi-Strauss identifica nesta atitude a efetiva recusa de admitir a diversidade cultural. Para Lévi-Strauss, o caso do evolucionismo social é bem este mesmo: “trata-se de uma tentativa para suprimir a diversidade das culturas, sempre simulando reconhecê-la plenamente. Pois, se se trata os diferentes estados em que se encontram as sociedades humanas, tanto antigas quanto longínquas, como *estágios* ou *etapas* de um desenvolvimento

único que, partindo do mesmo ponto, deve fazê-las convergir para um mesmo objetivo, vê-se bem que a diversidade é somente aparente. A humanidade se torna una e idêntica a ela mesma; no entanto, esta unidade e esta identidade só podem se realizar progressivamente e a variedade das culturas ilustra os momentos de um processo que dissimula uma realidade mais profunda ou retarda sua manifestação.” (Lévi-Strauss 1973: 385-386).

VI

Tanto a idéia de desenvolvimento como a de evolução trazem embutidas nelas a noção de continuidade. Daí decorre em grande medida a possibilidade de sua apropriação ideológica, especialmente quando a realidade histórica oferece exemplos tangíveis ou perspectivas concretas de transformações mais profundas. Diante de descontinuidades efetivas ou diante de possibilidades objetivas de que descontinuidades venham a realizar-se, o recurso a uma idéia que carregue consigo a noção de continuidade pode ser ideologicamente muito apreciada enquanto restauradora de uma permanência ou de uma ordem estabelecida.

Aprendamos com Foucault: “É preciso se libertar de todo um jogo de noções que são ligadas ao postulado de continuidade. Elas não têm, sem dúvida, uma estrutura conceitual muito rigorosa; mas sua função é muito precisa. Tal a noção de tradição, que permite ao mesmo tempo referenciar toda novidade a partir de um sistema de coordenadas permanentes e dar um estatuto a um conjunto de fenômenos constantes. Tal a noção de influência, que dá um suporte – mais mágico do que substancial – aos fatos de transmissão e de comunicação. Tal a noção de desenvolvimento, que permite descrever uma sucessão de acontecimentos como a manifestação de um único e mesmo princípio organizador. Tal a noção, simétrica e inversa, de teleologia ou de evolução em direção a um estágio normativo. Tais também as noções de mentalidade ou de espírito de uma época, que permitem estabelecer entre fenômenos simultâneos ou sucessivos uma comunidade dos sentidos, dos laços simbólicos, um jogo de semelhanças e de espelhos. É preciso abandonar estas sínteses já-prontas, estes agrupamentos que se admite antes de qualquer exame, estes laços cuja validade

é admitida de saída; eliminar as formas e as forças obscuras pelas quais se tem o hábito de ligar entre eles os pensamentos dos homens e seus discursos; aceitar ter de se haver em primeira instância somente com uma população de acontecimentos dispersos.” (Foucault 1994: 701).

Para pensar sobre uma idéia tão arraigada e tão extensamente presente no nosso próprio modo de pensar, faz-se necessária uma reflexão detida e efetivamente “crítica e aprofundada”. Neste sentido, uma antiga lição bachelardiana pode prestar grande auxílio. Quando propõe o soberracionalismo, Bachelard afirma: “(...) para pensar, ter-se-á primeiramente tantas coisas a desaprender!” (...) “Em resumo, é preciso restituir à razão humana sua função de turbulência e de agressividade. Se contribuirá assim para fundar um soberracionalismo que multiplicará as ocasiões de pensar.” (Bachelard 1972: 7).

A reflexão de Bachelard está certamente dirigida para a produção de conhecimento científico, numa perspectiva de história das ciências. No limite do alcance cientificamente válido de um quadro teórico determinado²¹ é preciso abrir mão das certezas anteriores para se poder ter condições para ir adiante em direção à constituição de uma nova formulação teórica. De acordo com Bachelard, uma tal transição se faz por retificação. Para ele, a geometria euclidiana é ultrapassada pela instauração de uma nova geometria, que de direito se qualifica como não-euclidiana. Da mesma maneira, nos limites de validade da epistemologia cartesiana se constitui uma epistemologia não-cartesiana. O reconhecimento destes limites e sua retificação por uma teoria que recusa a fundamentação da que a antecede não implica, porém, que haja algum tipo de passagem ou de transição entre elas. Neste sentido preciso é que é necessário suspender a certeza na verdade estabelecida pelo saber anterior, sem o que não se abre a possibilidade de romper com ele no rumo da construção de uma outra verdade, ou de uma verdade que possa ser de fato outra.

Segundo uma concepção como esta, os conhecimentos nas ciências não se somam, nem se justapõem. Como *todo* conhecimento se funda *sempre* em algum

²¹ Semelhante ao que Kuhn chama de “paradigma”.

saber, o que mais importa notar numa formulação como “desaprender para melhor compreender” (Bachelard 1972: 10) é que o procedimento ou o momento decisivo para a construção do novo saber corresponde ao “desaprender”, colocando em questão o saber que até então servia como fundamento ou como apoio para os próprios procedimentos de construção do conhecimento. Se isso vale para os domínios científicos, como orientação para a prática da retificação de verdades científicas, com mais razão parece poder aplicar-se ao campo do que, numa primeira aproximação, se poderia chamar de conhecimento em geral, o qual abrange conhecimento científico e outros conhecimentos fora do âmbito das ciências, principalmente quando o campo pode ser definido como ideológico.

Uma idéia que permeia os mais variados campos do saber e que é assim aceita generalizadamente e sem crítica, e que carrega consigo – de forma implícita, isto é, não-aberta e não-expressa – outras tantas noções (algumas das quais não são apenas passíveis de crítica, como efetivamente já foram submetidas a severas críticas), para ser melhor compreendida nos seus significados e nos seus usos talvez requeira a suspensão pelo menos hipotética da sua validade e da adequação da sua aplicação. “Desaprender” aí deve entender-se como abrir mão da certeza que usualmente cerca aquela idéia, para que então se possa submetê-la ao crivo mais fino da crítica e da tentativa de contextualizar seus múltiplos significados.

Como parte desta “desaprendizagem”, presumo que a análise que se pretende crítica desta idéia não deve ser feita de acordo com o que esta mesma idéia implica ou propõe, implicitamente ou não. No caso, a análise crítica da idéia de “desenvolvimento” não deve ser feita por meio de um “desenvolvimento”. Os métodos para a realização desta análise crítica precisam ser de outra natureza, como, por exemplo, o recurso a diferentes cortes analíticos não-articulados em nenhuma forma de “desenvolvimento”.

Uma formulação semelhante à proposta de “desaprender para melhor compreender”, de Bachelard, pode-se encontrar em Immanuel Wallerstein, quando este aponta para a necessidade de “des-pensar” a ciência social do século XIX. Diz ele: “Eu intitulei este livro ‘despensando a ciência social’. (...). Além de repensar, o que é ‘normal’, creio que precisamos ‘despensar’ a ciência social do século dezanove,

porque muitas de suas pressuposições – que, a meu ver, são enganosas e constritivas – ainda têm uma influência decididamente forte demais sobre nossas mentalidades. Estas pressuposições, outrora consideradas como liberando o espírito servem hoje como a barreira intelectual central para a análise útil do mundo social.” (Wallerstein 2001: 1).

As considerações de Wallerstein se aproximam ainda mais das preocupações próprias desta pesquisa quando ele aponta o conceito de “desenvolvimento” como conceito fundamental da ciência social do século XIX e também como o mais questionável. Wallerstein afirma: “Volto minha atenção para o que me parece o conceito chave, e o mais questionável, da ciência social do século dezenove, o conceito de ‘desenvolvimento’. Seguramente, a palavra ‘desenvolvimento’ somente se tornou lugar comum após 1945, e então inicialmente no que parecia o domínio marginal de explicação de desenvolvimentos em curso no ‘Terceiro Mundo’ ou nas zonas periféricas da economia-mundo capitalista. Creio, não obstante, que a idéia de desenvolvimento é simplesmente um avatar do conceito de uma ‘revolução industrial’, e que esta idéia por sua vez tem sido o eixo não apenas da maior parte da historiografia, mas de todas as variedades de análise nomotética. Aqui está uma idéia que tem sido eminentemente influente, altamente enganosa (precisamente porque, na sua correção parcial, tem parecido tão persuasivamente auto-evidente) e conseqüentemente geradora de falsas expectativas (tanto intelectualmente quanto politicamente). E contudo há de fato muito poucos que estão prontos verdadeiramente para dispensar esta noção central.” (Wallerstein 2001: 2).

“Des-pensar” o “conceito” de “desenvolvimento” não significa dispensá-lo, ou simplesmente desconsiderá-lo ou ignorá-lo. Isto poderá vir a ser uma conseqüência da análise, à qual, crítica e meticulosa, é imperioso proceder, para entender: 1) até que ponto o “desenvolvimento” deve ser considerado como um conceito, ou mais propriamente como uma idéia ou como uma noção – produto de uma teoria, ou de uma crença, de um mito ou de uma ideologia; 2) o que esse conceito ou essa idéia expressa e o que pressupõe ou faz passar como implícito (ou conota); 3) por que ele(a) se impõe a nós como evidência; etc.

A palavra “desenvolvimento” é um caso exemplar de um termo que é preciso submeter à crítica. Expressa um conceito ou uma idéia, constituindo teorias ou ideologias. De todo modo, pertence ao mesmo tempo à linguagem comum e à linguagem científica e estabelece uma certa circulação entre essas duas linguagens. “O” “desenvolvimento” ou “Desenvolvimento” oferece assim ao estudioso um desafio, cujo esclarecimento pode ter um alcance elucidativo importante: entender como esse termo é constituído e utilizado em cada uma destas linguagens e como se processa a sua circulação entre elas.

Como ensina Wittgenstein, “o estudo do emprego lógico de uma palavra nos permite escapar à influência de certas expressões tipos (...). Estas análises procuram nos desviar destas opiniões preconcebidas (*partis pris*) que nos impelem a crer que os fatos devem ser conformes a certas imagens que enfeitam nossa linguagem.” (Wittgenstein *apud* Bourdieu, Chamboredon e Passeron 1968: 44).

Bourdieu, Chamboredon e Passeron chamam a atenção para a importância de submeter à análise a linguagem comum, sobretudo quando se pretende estar fazendo ciência e se recorre inadvertidamente ou acriticamente ao emprego de termos da linguagem comum. “ ‘Herança de palavras, herança de idéias’, segundo o título de Brunschwig, a linguagem comum que, porque comum, passa despercebida, encerra, em seu vocabulário e sua sintaxe, toda uma filosofia petrificada do social sempre pronta a ressurgir das palavras comuns ou das expressões complexas construídas com palavras comuns que o sociólogo utiliza inevitavelmente. Quando elas vêm mascaradas sob as aparências de uma elaboração erudita, as pré-noções podem abrir caminho no discurso sociológico sem perder, no entanto, a credibilidade que lhes confere sua origem (...). A análise, mais urgente, da lógica da linguagem comum (...) somente ela pode dar ao sociólogo o meio de redefinir as palavras comuns no interior de um sistema de noções expressamente definidas e metodicamente depuradas, submetendo completamente à crítica as categorias, os problemas e os esquemas que a língua erudita toma emprestados à língua comum e que ameaçam sempre se reintroduzir sob os disfarces eruditos (*travestis savants*) da língua mais formalizada.” (Bourdieu, Chamboredon e Passeron 1968: 43-44). O que preocupa sobretudo

aqui são os riscos do uso de termos oriundos da linguagem comum e que são apresentados como termos científicos, referidos como “travestis savants”.

Cabe atentar, no entanto, para a possibilidade – que, aliás, pode ser mais frequente do que se imagina – de que termos da linguagem científica (ou termos produzidos no campo das ciências) se tornem de uso corrente na linguagem comum, mas que nesta transposição de linguagens boa parte dos significados de origem dos termos permaneça apenas sob forma implícita no seu novo uso, produzindo efeitos de conotação, sem que os que empregam os termos se apercebam disso.

“O” “desenvolvimento” é tido comumente como um dado factual, correspondendo neste sentido a algo que é (e que, em todo caso, poderá vir a ser, quando “ainda não é”) uma experiência do mundo real. Por isso que, assim entendida, esta noção se constitui num verdadeiro obstáculo epistemológico ao conhecimento dos objetos a que se aplica a noção de desenvolvimento.

De acordo com a concepção de Bachelard, o conhecimento científico se produz contra obstáculos de diversa natureza, alguns dos quais ele designa como obstáculos epistemológicos. Ensina ele que, “na formação de um espírito científico, o primeiro obstáculo é a experiência primeira, é a experiência colocada antes e acima da crítica, a qual, ela, é necessariamente um elemento integrante do espírito científico.” (Bachelard 1972a: 23).

O profundo enraizamento e a grande dispersão da idéia de desenvolvimento na linguagem, no pensamento e no conhecimento comum em nossas sociedades hoje em dia, conferem a esta idéia um valor social que perpassa a opinião socialmente difundida e aceita como verdade. É ainda Bachelard que nos ensina que “o que se acredita saber claramente ofusca o que se deveria saber”. E que “a opinião *pensa* mal, ela não *pensa*: ela *traduz* necessidades em conhecimentos. Designando os objetos por sua utilidade, ela se interdita de conhecê-los.” (Bachelard 1972a: 14).

Ao refletir sobre a palavra “desenvolvimento”, logo chama a atenção a sua enorme dispersão em domínios múltiplos e heterogêneos, teóricos e práticos, quer no campo das ciências e das técnicas, quer no senso comum.

Há quem trate esta dispersão como constituindo mesmo uma onipresença, como é o caso de Praxmarer. Diz ele: “Uma visão geral dos termos teóricos usados para descrever a realidade social ou as realidades sociais mostraria, sem qualquer dúvida, que a expressão ‘desenvolvimento’ é, no presente, uma das mais amplamente usadas. (...). A onipresença deste termo, expressa pela variedade de seu uso, no entanto, é apenas uma das propriedades de ‘desenvolvimento’ como um constructo teórico.” (Praxmarer 1984: 1).

Fala-se tanto do “desenvolvimento” de um sentimento, quanto do “desenvolvimento” de uma nação ou do desenvolvimento tecnológico ou científico. A palavra é hoje de uso corrente e geral. A generalidade do seu emprego nas áreas mais variadas já foi atribuída ao que seria uma característica puramente formal, vazia de conteúdo, do termo: “Outra característica notável é o conteúdo indeterminado, ou melhor a ausência de quaisquer conotações qualitativas neste termo. Sendo uma noção puramente formal, um mero ‘Bewegungsbegriff’ (Reinhart Koselleck) denotando nada mais do que desempenho através do tempo, a este termo podem ser atribuídos conteúdos qualitativos distintos somente a partir do exterior. Ele não possui qualquer substância inerente.” (Praxmarer 1984: 2). Por considerar “desenvolvimento” como uma noção puramente formal e vazia, Praxmarer conclui: 1^o) pela indeterminação da unidade de análise a que esta noção possa ser aplicada; 2^o) pelo seu caráter apolítico e ahistórico. Assim, diz que “a unidade social a que esta categoria de análise se refere não é determinada: ela pode ser qualquer agregado social, ou qualquer entidade, de qualquer extensão, de qualquer definição. Isto torna desenvolvimento uma noção que é ahistórica e apolítica, sem torná-la inequívoca – um conceito puramente formal, sem conteúdo e extensão determinados.” E termina encaminhando uma crítica: “E apesar disso o termo é usado para analisar história e política num sentido supostamente científico.” (Praxmarer 1984: 2) Sua primeira conclusão é correta, embora creio que se deva distinguir, entre os muitos usos da palavra “desenvolvimento”, aqueles que se aplicam na economia, na sociologia, na ciência política e nos projetos e planos (de teor econômico, social ou político) “de” ou “para” “o” desenvolvimento que se encontram no século XX. Nestes casos, embora de fato o universo de análise ou de realização dos projetos e programas possa ser variável,

parece-me que “o” desenvolvimento aí tenda a privilegiar decididamente como nível de análise e de planejamento o Estado-nação. Quanto à segunda conclusão indicada, parece-me equivocada. É verdade que, tanto como idéia, quanto como projeto, o desenvolvimento *parece* uma unanimidade. Sublinho, propositalmente, esta aparência de unanimidade, porque uma análise mais detida das proposições, dos objetivos declarados e das ações concretamente adotadas pode, pelo contrário, apontar para um “consenso” construído politicamente – ou melhor, ideologicamente – a partir de posições políticas e econômicas bem definidas e que uma análise crítica talvez seja capaz de esclarecer.

Uma outra maneira de tratar a questão da enorme dispersão do uso da palavra desenvolvimento pode conduzir ao entendimento de que a idéia que ela expressa se encontra como que entranhada no modo de pensar atual. A idéia de desenvolvimento, que a princípio parece simples, natural, e neste sentido óbvia, carrega consigo uma multiplicidade de significados que parecem inextricavelmente ligados a ela: a idéia de desenvolvimento veicula implicitamente: crescimento, progresso, evolução, maturação/maturidade, modernização/modernidade. Talvez seja mesmo adequado supor que desenvolvimento seja uma das palavras-chaves do nosso modo de pensar, digamos, “ocidental” “moderno”, ou, dizendo de outra forma, capitalista.

Referências bibliográficas

- BACHELARD, Gaston. *La formation de l'esprit scientifique. Contribution à une psychanalyse de la connaissance objective*. Paris, Vrin, 1972a.
- _____. *L'engagement rationaliste*. Paris, PUF, 1972.
- BOURDIEU, Pierre, Jean-Claude CHAMBOREDON & Jean-Claude PASSERON. *Le métier de sociologue*. Paris, Mouton / Bordas, 1968.
- BOWLER, Peter J. *Evolution: the history of an idea*. Edição revista. Berkeley, Los Angeles & London, University of California Press, 1989.
- CANGUILHEM, Georges, Georges LAPASSADE, Jacques PIQUEMAL & Jacques ULMANN. *Du développement à l'évolution au XIX^e siècle*. Paris, PUF, 1985.
- CASTORIADIS, Cornelius. “Réflexions sur le ‘développement’ et la ‘rationalité’ ”, In: CANDIDO MENDES (org.). *Le mythe du développement*. Paris, Seuil, 1977.

- COMTE, Auguste. *Cathéchisme positiviste ou Sommaire Exposition de la religion universelle, en onze entretiens systématiques entre une femme et un prêtre de l'Humanité*, citado a partir da edição Garnier-Flammarion, Paris, 1965.
- _____. *Cours de Philosophie Positive*, t. I, Lições 1 a 45. Nova edição, revista e corrigida. Apresentação e notas por Michel Serres, François Dadognet, Allal Sinaceur. Paris, Hermann, 1998.
- _____. *Cours de Philosophie Positive, Physique Sociale*. Lições 46 a 60. Apresentação e notas por Jean-Paul Enthoven. Paris, Hermann, 1975.
- _____. *Cours de philosophie positive*, tomos 4, 5, 6. Paris, Schleicher Frères Éditeurs, 1908.
- _____. *Système de politique positive*, t. I. 5ª edição idêntica à primeira. Paris, Société Positiviste, 1929.
- _____. *Système de politique positive*, II. 4ª edição idêntica à primeira. Paris, Société Positiviste, 1912.
- DARWIN, Charles. R. *L'Origine des Espèces au Moyen de la Sélection Naturelle ou La Lutte pour l'Existence dans la Nature*, traduzido da edição inglesa definitiva por Edmond Barbier. Paris, Alfred Costes Éditeur, 1921.
- _____. *On the Origin of Species*. Facsimile da 1ª edição, com uma Introdução de Ernst Mayr. Cambridge, Massachussets, Harvard University Press, 1964.
- DUCHESNEAU, François. “A filosofia anglo-saxônica de Bentham a W. James”, In: CHATELÊT, François (org.). *História da filosofia: idéias, doutrinas*, vol. 6: *A filosofia do mundo científico e industrial, de 1860 a 1940*. Rio de Janeiro, Zahar, 1974.
- ESTEVA, Gustavo. “Desenvolvimento”, in SACHS, Wolfgang. *Dicionário do desenvolvimento*. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2000.
- FOUCAULT, Michel. “Sur l'archéologie des sciences. Réponse au Cercle d'Épistémologie”, *Cahiers pour l'analyse*, n° 9: *Généalogie des sciences*, verão, 1968. Republicado em FOUCAULT, Michel. *Dits et écrits*, I: 1954-1969. Paris, Gallimard, 1994.
- GASC, Jean-Pierre, “Évolution des organismes”, In: TORT, Patrick (org.). *Dictionnaire du Darwinisme et de l'Évolution*, op. cit., 1996.
- GRANGE, Juliette. *La philosophie d'Auguste Comte: science, politique, religion*. Paris, PUF, 1996.
- IBRAHIM, Annie. “Développement”, In: AUROUX, Sylvain (org.). *Les notions philosophiques. Dictionnaire*, t. 1, vol. II de JACOB, André (org.). *Encyclopédie Philosophique Universelle*. Paris, PUF, 1990.

- KURZ, Robert (2000). “Filosofia como farsa”, *Folha de S. Paulo, Caderno Mais*, 09/07/2000.
- LATOUCHE, Serge. “Contribution à l’histoire du concept de développement”, In: COQUERY-VIDROVITCH, Catherine & D. HEMERY & J. PIEL (eds.). *Pour une histoire du développement*. Paris, L’Harmattan, 1988.
- LÉVI-STRAUSS, Claude. “Race et histoire”, *Anthropologie structurale deux*. Paris, Plon, 1973. Texto originalmente parte da Coleção *La question raciale devant la science moderne*. Paris, UNESCO, 1952.
- MAYR, Ernst, “Espèce”, in TORT, Patrick (org.). *Dictionnaire du Darwinisme et de l’Évolution, op. cit.*, 1996.
- _____. *The growth of biological thought: diversity, evolution, and inheritance*. 11ª ed. Cambridge, Mass. & London, England, The Belknap Press of Harvard University Press, 1982.
- PRAXMARER, Peter. *Development: on the sociogenesis, political usage and theoretical possibilities of a concept*. Genebra, Institut Universitaire de Hautes Études Internationales, Université de Genève, Tese n° 383 (Doutorado em Ciências Políticas), 1984.
- SPENCER, Herbert. “Le Progrès. Loi et cause du progrès”, *Westminster Review*, abril 1857, trad. in *Essais de morale, de science et d’esthétique*. Paris, Librairie Germer Baillière, 1879.
- _____. *Les Premiers Principes*. Traduzido do inglês por M.E. Cazelles. 4ª edição. Paris, Félix Alcan Éditeur, 1885.
- _____. *Principes de biologie*. 2 tomos. Traduzido do inglês por M. E. Cazelles. 5ª edição. Paris, Félix Alcan Éditeur, 1904.
- STENGERS, Isabelle (dir.). *D’une science à l’autre: des concepts nomades*. Paris, Seuil, 1987.
- TORT, Patrick (org.). *Dictionnaire du darwinisme et de l’évolution*. Paris, PUF, 1996.
- _____. *Darwin et le darwinisme*. Paris, PUF, 1997.
- _____. *Spencer et l’évolutionisme philosophique*. Paris, PUF, 1996a.
- VEUILLE, Michel, “Sélection naturelle: passerelles conceptuelles entre l’ordre immobile et l’incertain”, In: STENGERS, Isabelle (dir.). *D’une science à l’autre: des concepts nomades*. Paris, Seuil, 1987.
- WALLERSTEIN, Immanuel. “Development: lodestar or illusion?”, in SKLAIR, Leslie (ed.). *Capitalism and Development*. London and New York, Routledge, 1994.
- _____. *Unthinking social science: the limits of nineteenth century paradigms*. 2ª ed. com um novo Prefácio. Philadelphia, Temple University Press, 2001.